

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH



Erick
Dênil



Fernanda
Barth



Marcelo
Bernardi



Pedro
Ruas



Vera
Armando

005ª CEDECONDH 25FEV2025

Pauta: Defesa da Moradia: Garantia de Direitos aos Moradores do Sarandi que residem em cima do Dique e Contra Despejos sem Garantia de Casa.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): (18h47min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Primeiro, cumprimento aos moradores do bairro Sarandi, os moradores da Rua Aderbal e todos os demais que comparecem à reunião desta comissão. Quero também agradecer a presença dos moradores e depois agradecer a presença das autoridades. Vou chamar para a Mesa a minha colega Ver.^a Vera Armando – obrigado, Vera, pela presença; quero também chamar para a Mesa o secretário, diretor do DEMHAB, André Machado – obrigado, André pela presença, fica à vontade aqui. Vamos dar início à nossa reunião da CEDECONDH. Chamamos também para a Mesa a Elisângela, ela é moradora do bairro Sarandi, do movimento MAB, moradora da Aderbal, para compor a Mesa também, muito importante; o Marco Faccin, diretor de desenvolvimento do DMAE, também se faz presente – muito obrigado, Marco, pela presença; o Rafael Magagnin, do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia, representando a Defensoria Pública – muito obrigado, Rafael, pela

presença. Muito importante, gente, fazer o registro inicial da nossa reunião. Nossa quarta reunião da Comissão dos Direitos Humanos está iniciando neste dia 25 de fevereiro, às 18h49min. A gente tem a presença aqui da Vera, que é a nossa colega da comissão. Eu sou o presidente, sou o vereador Erick Dênil, proponente desta reunião. Logo mais, estará chegando também a Ver.^a Juliana de Souza, o carro ficou alagado, infelizmente, na esquina, então está chegando, e também chegará para fazer parte da Mesa o Ver. Marcelo Bernardi, que compõe a Comissão dos Direitos Humanos. Temos a justificativa de afastamento por saúde da Ver.^a Fernanda Barth, que compõe a Comissão dos Direitos Humanos, e também do vereador, que é vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Ver. Pedro Ruas, do PSOL, ele justifica a ausência. Nós já temos dois membros oficiais da comissão presentes, autoridades, e o Ver. Marcelo Bernardi, que está chegando aqui, inclusive, para garantir o quórum da reunião. A Comissão dos Direitos Humanos é composta por cinco membros. A gente sabe que, para ter quórum, tem que ter no mínimo três, o vereador está chegando, então nós teremos quórum para dar início a uma reunião oficial da CEDECONDH, uma agenda externa. Registro também que a proposição de trazer a reunião para o Sarandi foi justamente para garantir a participação da comunidade. Muitas vezes, as reuniões que nós organizamos na Câmara de Vereadores acabam impedindo a participação dos moradores por inúmeros motivos: o trabalho, a passagem para se deslocar até a Câmara, então, a nossa comissão e as comissões da Câmara de Vereadores têm essa prerrogativa de autorizar, inclusive, nossas agendas internas e, muitas vezes, externas, até com uma flexibilidade de horário. Nós, temos, como padrão, a reunião sempre às 14 horas na Câmara. Como hoje é um caso excepcional e uma pauta muito urgente, nós entendemos a importância de trazer a Comissão de Direitos Humanos para cá, para o Sarandi. Quero parabenizar os funcionários da Câmara que estão aqui transmitindo a TVCâmara, o pessoal que está cuidando do audiovisual também aqui, todos os que estão envolvidos nessa estrutura. A gente agradece também a associação comunitária da Vila Elisabeth, a AMVEP, que tem sido parceira de ceder o espaço e colaborar com o debate da moradia aqui no Sarandi. Registro

também, de antemão, que esta reunião tem como objetivo inicial, gente, unir todas as autoridades possíveis aqui, para que a gente possa esclarecer muitas dúvidas e possa, de fato, encaminhar vocês aos direitos que todos têm. Esse é o objetivo inicial da reunião. Faço esse esforço e o pedido para que vocês possam, logo após as falas, falarem também sobre a realidade de vocês, porque nós escutarmos vocês é muito importante, e todos os que estão aqui hoje, eu não tenho dúvida, têm o mesmo objetivo: o objetivo de defender a moradia digna e garantir e assegurar os direitos de vocês. Registro também que, infelizmente, há cerca de oito meses, começou o processo de chuva aqui no Estado, no final de abril de 2024, e, infelizmente, foi um processo doloroso, e o bairro Sarandi foi um dos principais bairros afetados de Porto Alegre. O bairro ficou extremamente debaixo d'água, os moradores tiveram perda de materiais, do imóvel, mas, sobretudo, danos psicológicos. A gente registra aqui a nossa solidariedade a vocês, e o esforço da CEDECONDH, da comissão, será de defender vocês, de defender, de fato, que os direitos humanos de vocês da moradia seja assegurado, mas, para isso, nós temos que ter uma atuação em conjunto. E, para isso, o debate desta noite, do dia 25 de fevereiro, é fundamental, para a gente fazer uma ótima reunião, uma reunião produtiva e esclarecedora, porque eu sei que muitas das dúvidas de vocês podem ser esclarecidas aqui. Por isso a gente conta com a Prefeitura de Porto Alegre, conta com o DMAE, conta com a Defensoria Pública, conta com o movimento da moradia dos atingidos das enchentes, da Ver.^a Vera, muito obrigado, colega, por ter vindo até aqui também, e a gente sabe que também é muito importante essa construção. Essa construção da moradia, essa batalha da compra assistida, essa batalha de ter acesso aos direitos que vocês têm dúvida também se têm, hoje é muito importante que a gente esclareça isso. Nós tivemos aí, infelizmente, uma forte chuva antes da reunião, então atrapalhou muito a vinda dos moradores até AMVEP, a gente espera que pare logo essa chuva, né? Já sabemos, secretário, que já tem muitas ruas do Sarandi alagadas, então, todo cuidado é pouco, e a gente quer participar, fazer uma ótima reunião aqui. Eu não tenho dúvida que a gente vai produzir uma reunião objetiva também. Quem quiser falar, passar a

sua realidade, eu proponho à Mesa, colega Vera e os demais, que a gente possa, de fato, fazer alternadas falas: fala uma autoridade, fala um morador, fala uma autoridade, fala um morador, democratizar esse espaço da Comissão dos Direitos Humanos, garantir que todas as autoridades aqui possam fazer uso da palavra, se possível, num tempo de cinco minutos. Se passar um pouquinho, nós entendemos e compreendemos que é necessário, até para poder esclarecer, e depois a gente abre também para a comunidade fazer as falas por inscrição. Eu já peço aí para que a nossa jurídica ali, Bamidele, faça o processo de inscrição já durante as primeiras falas, a gente vai ter cerca de 15 inscrições. (Pausa.) Justifico também, gente, que a Caixa, o superintendente da Caixa, um dos responsáveis, está em deslocamento, ficou também preso nos alagamentos aqui em torno do Sarandi, é um dia bem atípico. Ele ligou agora para o secretário André, é importante que vocês saibam disso. Ele está a caminho. É que ele ficou... O Ver. Marcelo também acabou de ligar aqui...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Perfeito. Não, é um absurdo, gente. Infelizmente, acho que a gente vai ter que iniciar com quem está aqui, e quem puder chegar, aos poucos, vai participando da reunião.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Entendi, é um absurdo, gente. Gente, assim, faço este registro de antemão: quando vocês forem fazer a inscrição, peço para falar o nome, o sobrenome, a rua que vocês moram, podem falar o que quiserem, por óbvio, dentro do respeito da nossa organização, e podem também tirar as suas dúvidas e as suas reivindicações. Registro a minha opinião. A minha opinião é que nós devemos, sim, batalhar pela moradia, pela compra assistida, defender, de fato, que tenha as obras aqui, mas, para que tenha as obras, tem que ter o direito da moradia, da compra assistida. Nós também

tivemos uma conversa com o secretário um pouquinho antes da reunião, para pedir que essa ordem de despejo, secretário, da sexta-feira, não aconteça sexta-feira. O despejo, ou o despejo voluntário, ou a pedida de saída de forma voluntária, para que os moradores tenham mais tranquilidade, para ter acesso aos seus direitos, se organizarem dentro de casa com suas famílias, para que, de fato, a obra possa seguir. Está marcado agora para o dia 28, registro a minha opinião individual, como presidente da comissão, nós achamos que isso não pode acontecer agora de imediato, mas nós entendemos também que é preciso muito diálogo com a Prefeitura de Porto Alegre, com os governos, para impedir que isso aconteça, mas já começa, de fato, ajudando casa a casa, até que todo mundo tenha condição de sair com segurança para uma outra moradia. Também defendemos a prorrogação, a ampliação dos direitos do aluguel social e da moradia, da estadia solidária, mas, sobretudo, de forma permanente, a casa de vocês. Porque a casa de vocês é algo muito valioso, e é para isso que esta reunião está acontecendo hoje, nós somos parceiros de vocês, a comissão. Como presidente, eu fiz questão de chamar o secretário André, colega Vera e todos os demais que estão aqui, porque esse é o objetivo comum aqui entre nós. Muitas vezes, nós temos disputas de ideias diferentes, partidos diferentes, nas eleições nós caminhamos para lados diferentes, mas eu não tenho dúvida que tem um objetivo comum, que é defender a moradia, e eu não tenho dúvida que as autoridades estão aqui preparadas para tentar ajudar vocês de todas as formas. Então, já inicio a reunião sugerindo que a nossa advogada Bamidele consiga fazer as inscrições aqui. Então, sugiro 15 inscrições do público, todas as autoridades, e, de antemão eu já faço questão de passar para a colega Vera Armando, que pediu um pouquinho de urgência na fala, e logo após já abrimos para a inscrição do público, aí se alterna, na sequência, com o secretário André Machado, a responsável pelo DMAE, o Rafael também, e a nossa amiga que é do MAB. Pode ser assim, pessoal?

Então, de antemão, Ver.^a Vera, bem-vinda, obrigada pela presença, boa noite.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Boa noite a todos, é um prazer estar aqui na companhia de todos vocês; quero cumprimentar o presidente da nossa comissão, CEDECONDH, o Ver. Erick Dênil, pela iniciativa de sairmos da Câmara Municipal de Porto Alegre e irmos ao encontro das senhoras e dos senhores aqui no bairro Sarandi, um bairro que nos toca profundamente por tudo aquilo que as senhoras e os senhores foram atingidos durante a enchente, então somos solidários a tudo aquilo que passaram. Já se passaram nove meses e a vida de todos não está seguindo da forma como deve seguir. Certamente vocês me conhecem, eu sou jornalista da TV Pampa, do programa Atualidades Pampa, estou vereadora, é meu primeiro mandato, e é um prazer muito grande encontrá-los de uma maneira diferente, não como jornalista, mas como vereadora, uma representante de cada um de vocês na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Contem com o meu trabalho, meu gabinete está à disposição de todos e eu vou ser bem breve, porque eu vim aqui para ouvir cada um de vocês. Para mim, isso hoje é muito importante. Muito obrigada.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Abrimos, então, gente, as inscrições. Eu gostaria de ter acesso às inscrições. (Pausa.) Certo. A Tatiana, do MAB é a primeira inscrita. Depois o André Machado, o Claudir e o Maurício.

SRA. TATIANA MIRANDA DOS SANTOS: Boa noite, meu nome é Tatiana dos Santos, faço parte da comissão do MAB. O negócio é o seguinte: nós estamos desde de maio com a função da enchente. Aí, assim, nós temos nossas casas, e sair das casas, das nossas casas, das nossas moradias para pagar aluguel, sendo que o aluguel que vem... Fomos procurar casas, qualquer uma de nós aqui, fomos procurar casas, eles pedem três meses de caução, com R\$ 1.000,00, sendo que os aluguéis são acima de R\$ 1.300,00, fora as cauções de aluguel. Como nós vamos sair das nossas casas para pagar aluguel se nós não temos nem a caução, tá? E agora, dia 28, nós temos que deixar nossas moradias. Nosso psicológico está muito abalado, o meu está abalado, acredito que todos os moradores da Rua Aderbal Rocha de Fraga estão abalados, tá?

Eu já não consigo mais nem dormir, estou me consultando com um psicólogo, tomando medicamento, e mesmo com os medicamentos eu não durmo, com essa função de tirar as casas. E nós não queremos sair para aluguel, queremos chave por chave. Porque não tem cabimento, não tem cabimento sair das nossas casas, sendo que nós não pagamos aluguel, para pagar aluguel, tá? Com filho pequeno, temos água, luz, mais aluguel, como nós vamos fazer isso aí com R\$ 1.000,00? Ninguém sobrevive com R\$ 1.000,00 para pagar aluguel, tá? Então, é assim, eu acho uma coisa muito injusta nós sairmos, sendo que, quando começaram a obra ali, antes de começar as obras, nos pegassem e nos tirassem primeiro, para depois começar as obras, retiradas de casa, dessas nossas casas. Se o governo federal deu o dinheiro para botar nas nossas casas, por que essa burocracia toda? Esse negócio de habite-se, se já tem o IPTU, tem a escritura, para que habite-se? Para quê? Não temos. Nós não temos condições de sair das nossas moradias, com filhos pequenos, para pagar aluguel, não temos. E sem garantia, qual é a garantia? Sendo que muitos nomes não estão na lista ainda. Eu, particularmente, não quero sair sem ter a chave da minha casa. Não quero sair, e acredito que todos os moradores que estão aqui não querem sair sem a chave da casa. Obrigado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Nós só gostaríamos que você apresentasse o seu nome, para que a taquigrafia possa fazer o registro da fala. Sempre que forem falar, gente, muito importante que vocês falem, falem o nome, sobrenome e a rua que moram, para que possa ser feito o registro aqui de forma oficial.

Então, muito obrigado pela fala. Vou passar para o nosso secretário André Machado, diretor do DMAE. (Pausa.) Com as pessoas? Perfeito. Então, vamos abrir. O André Machado está solicitando aqui que a gente abra mais, enfim, escute um pouco mais, depois passamos aqui para as autoridades. O próximo inscrito, gente, é o Claudir, da Comissão Fiscaliza.

SR. CLAUDIR PEDRO BRITO POLI: Eu moro na Dique, na casa 94, sou morador do bairro há 38 anos. Nos encontramos nessa situação muito difícil, emblemática, que não fomos nós que procuramos, mas, infelizmente, nós estamos enfrentando esse problema. Nós não vamos sair de casa sem garantia de ter a nossa casa. Isso não existe. Eu fiz o meu cadastro, já tem oito meses, nove meses, por aí, e não fui contemplado, continuo lá. O governo federal não está afrouxando em nada para nós, porque isso são leis do Congresso já definidas, e não tem como flexibilizar. Nós estamos tentando o habite-se, não está saindo. Ninguém tem garantia de que vai ganhar a sua casa, por quê? Não saiu o nome na lista? Isso é fato! Tu tem que estar com a carta na mão para dizer: "Aqui está a minha moradia, vou poder comprar". Mesmo assim, é muito difícil. As regras do governo federal são implacáveis. Na Constituição de 1988 diz que reassentamento é indenizatório. A Prefeitura não tem dinheiro para indenizar, nos botou nesse programa Minha Casa, Minha Vida, mas não serve para nós, nós não conseguimos escolher o lugar onde vamos morar nem temos garantia de moradia. Porque, o que vai acontecer? Se você não ganhar, você vai cobrar de quem essa moradia? Como é que fica depois que tu sair da tua casa, que a máquina passar em cima dela? Tu volta para onde? Para debaixo da ponte do Obirici, eu acho, na *freeway*? Pelo amor de Deus, pessoal, nós queremos diálogo, a gente está conversando com o André, está conversando, da boca dele já ouvimos que não vai ter ordem judicial para tirar ninguém à força de dentro de casa. Mas esse programa, para nós, está inconstitucional, porque ele é um programa para os reassentados de indenização. Nós temos que pedir os nossos direitos, queremos que a justiça decida o que está lá na lei e faça valer o que diz a lei. Nós não podemos sair de dentro de casa sem a chave da casa, não tem como. A gente trabalhou uma vida toda, eu muito arroz com feijão comi para botar um prego na minha casa, botar um tijolo na minha casa, e agora não tem o retorno e garantias pela parte do governo federal. Quem é que me garante que eu vou sair com a carta se eu já estou há oito meses e pouco esperando. E a gente precisa, necessita, que o habite-se caia. Se o habite-se não cair, não vai mudar nada, pessoal. As regras vão continuar igual, vai ser muito difícil de vocês

achar uma casa nos critérios que o governo federal impôs. Isso aí é lei do Congresso. E se não cair, aí quem vai se ferrar? Os moradores? É o mais pobre que paga a conta? Não, pessoal. Nós vamos cobrar nossos direitos, sim. E só saímos com a chave na mão ou com a garantia, a carta, a carta da casa, que aí a gente sabe que está seguro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CLAUDIR PEDRO BRITO POLI: Exatamente. Nós estamos cobrando essa agilidade também do governo. O governo federal tem que agilizar, porque, se não agilizar, aí como é que quer que as obras caminhem mais rápido que as moradias? Não tem como, pessoal. A obra tem que caminhar ao mesmo tempo com a moradia. A gente tem que ter diálogo com a Prefeitura. A gente vem tendo um diálogo com a Prefeitura, só que quem determina é o governo federal. Nós precisamos do habita-se, porque sem garantia de casa, se tiver ordem judicial, a gente vai ter que ir lá no Ministério Público e pedir que eles cobrem a lei, a indenização, porque não temos garantia de casa. Eu deixo esse recado. Eu espero que aconteça, que caia o habite-se. Nós saímos das nossas casas para essa obra, que ela é necessária, a gente sabe que é uma obra necessária, que está precisando ser feita, mas nós entendemos que nós temos o direito de ter a nossa casa e morar aonde a gente escolher. Eu encerro, agradeço a todos que estão aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Claudir. Próximo inscrito aqui é o Maurício, da Associação dos Atingidos, não é? Por favor, Maurício, se apresenta inicialmente. Por uma questão de ordem, eu me esqueci de citar a presença do Ver. Marcelo Bernardi, que chegou agora. Obrigado, vereador, pela presença. A partir de agora, então, a nossa reunião da CEDECONDH tem quórum. Então, obrigado pelo esforço de vir até aqui, que a gente possa seguir a reunião. Obrigado.

SR. MAURÍCIO LORENZATTO: Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Maurício, eu sou morador aqui do Sarandi, da Rua Passos Figueiroa. Sou presidente da Associação de Atingidos pela Enchente, aqui do Sarandi, e quero saudar o Ver. Erick e a Comissão de Direitos Humanos pela iniciativa da reunião aqui hoje. Eu acho que é algo muito importante, dado o calendário que se coloca sobre o Sarandi e tudo o que o Sarandi passou no último período e as perspectivas que os moradores precisam de direito à moradia, de direito a morar em um local seguro, protegido dos alagamentos e das inundações. Eu acho que tem uma série de questões, enfim, que a gente ainda vai precisar lidar durante os próximos meses, mas tem algumas questões que a gente precisa lidar de imediato, que são necessárias para que os moradores possam ter preservado o seu direito à moradia e para que o bairro possa estar protegido em relação às futuras enchentes que podem vir a acontecer. E a gente sabe que está vivendo um momento em que o clima está cada vez com maiores eventos intensos. Hoje é um exemplo disso, o sol que racha de tarde e hoje, no fim da tarde, uma chuva que causa alagamento no Sarandi como um todo. Bom, diante disso a gente precisa agir, precisa de respostas.

Eu acho que a situação mais urgente que a gente tem são dos 58 moradores que moram nos fundos da Rua Aderbal Rocha de Fraga, que hoje não tem perspectiva de, durante os próximos meses, ter a segurança de ter o seu local de moradia, a sua casa assegurada. E eu acho que isso, enfim, é resultado de uma série de questões, mas não é resultado de uma decisão ou de uma ação desses moradores. Isso precisa ficar muito nítido, porque é muito fácil, às vezes, a gente colocar socialmente um discurso que culpabiliza esses moradores por essa situação. E não é culpa desses moradores. Esses moradores moram numa rua que, inclusive, sempre foi autorizada pela Prefeitura para que ali tivesse moradias, que pudesse construir casas, inclusive, ali é uma área que está em processo de reurbanização, há um processo de Reurb sobre essa área, o que, ao meu ver, coloca um nível de responsabilidade ainda maior da Prefeitura sobre cada um desses moradores.

Bueno, qual que é a questão? A gente teve, desde maio até aqui, uma série de medidas tomadas pela Prefeitura, pelo governo federal, pelo governo estadual, e algumas delas, hoje, a gente vê que acabaram sendo desencontradas da sua forma com relação àquilo que a gente precisa hoje. Eu digo isso não para fazer um esculacho ou para fazer, enfim, uma crítica mais incisiva, mas é para a gente entender que, se hoje esses moradores têm um prazo muito curto entre o seu nome constar na lista da caixa, o seu nome ter sido feito seu cadastro, e eles terem que sair para aquele trecho da obra continuar, foi por uma desorganização da Prefeitura. Teve um desencontro do calendário de credenciamento das pessoas ali com aquilo que era o calendário das obras que precisam ser feitas ali. Então, aquelas pessoas do fundo da Aderbal foram as últimas a serem cadastradas pela Prefeitura. Antes, foram cadastrados o dique, a Francisco, e esses ficaram por último e estão sendo os primeiros a ter que sair. Bom, esse é um desencontro que a Prefeitura, dentro do seu calendário, montou e é responsável. Então, por isso, essa conta não pode cair sobre essas pessoas. Eu acho que é muito importante que a gente saia daqui hoje com um compromisso da Prefeitura, de que a data do dia 28 não vai ser uma data de despejo desses moradores do fundo da Aderbal, não vai ser uma data que vai marcar a vida dessas pessoas de uma forma terrível, como aconteceu em outros momentos, em outros locais. Eu acho que essa segurança é muito importante. E eu acho que uma segunda coisa que é muito importante a gente ter aqui hoje, além desses moradores do fundo da Aderbal, tem moradores de outras áreas de reassentamento, que não têm ideia de qual é o calendário hoje das obras no restante do dique e como esse calendário está ou não relacionado com o chamamento dessas pessoas na lista da Caixa. Então, pelo que eu sei, tem um calendário bem mais extenso para a remoção dessas pessoas, mas isso não está nítido. E essas pessoas se sentem hoje em uma situação de insegurança extrema, porque, quando chove forte, como choveu agora, alaga a Francisco de Medeiros, a situação do dique fica uma situação tenebrosa, essas pessoas ficam em situações de alto risco.

Então é preciso, primeiro, colocar um calendário para que essas pessoas fiquem tranquilas em relação a elas terem a oportunidade de acessar a sua casa e saírem com a chave na mão. Segundo, que a Prefeitura tome medidas para mitigar essa situação de insegurança extrema que essas pessoas têm nos eventos climáticos. A situação da casa de bombas é uma situação relacionada a essa. Tem questões que não são as obras do dique que vão resolver, o dique vai resolver a inundação. Hoje, o rio Gravataí está num nível baixíssimo, mas tem questões concretas ali que tensionam a situação dessas pessoas em área de reassentamento, que podem ter uma ação da Prefeitura antes mesmo dessa obra. Então, essas respostas, essas questões que, aqui, junto com a comunidade, eu quero pedir que as autoridades nos respondam, nos coloquem. Era isso que eu tinha para dizer, gente. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Maurício, pela fala. O Maurício também representa aqui o gabinete da Ver.^a Juliana de Souza, do PT.

SR. MAURÍCIO LORENZATTO: Além de presidente da Associação dos Atingidos, eu sou coordenador do mandato da Ver.^a Juliana. A Ver.^a Juliana ficou presa, agora, no alagamento, aqui, na Rua Pandiá Calógeras com a Rua Martins Bastos. Então, ela não vai conseguir chegar, o carro, neste momento, está enguiçado ali, eles estão lidando com essa situação. Ela me pediu para a representar aqui. Então, faço esse registro.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Vamos seguir nossas falas, gente. Vou pedir, reforçar para que, de antemão, se apresentem dizendo nome, sobrenome, rua que moram aqui do Sarandi. E tem um tempo de cinco minutos por fala. Então, quando encerrar o tempo, nós vamos avisar, quando estiver faltando aí 30 segundos para finalizar a fala, para fazer dentro do tempo, para que todo mundo que for inscrito possa fazer a fala. Agora, a próxima inscrita, aqui, é a Solange. Se apresenta, Solange, nome, sobrenome, rua em que mora e, por gentileza, tempo de cinco minutos.

SRA. SOLANGE MELO DIAS: Eu sou a Solange Melo Dias, moro na Rua Aderbal Rocha de Fraga, nº 1108, na casa 3, junto com a minha irmã, que tem a casa dela, e junto com a minha mãe, que tem a casa dela. Em primeiro lugar, saiu o meu nome, saiu o nome da minha mãe, mas o nome da minha irmã não saiu. Então, nós moramos bem perto da bomba, acho que é a terceira ou a quarta casa. E lá também é um absurdo de mosquito, quem é que quer ficar lá? Já saiu o boato de que a gente não quer sair; a gente quer sair. A gente só quer condições para sair, condições legais para a gente sair. Quem sabe até se o dinheiro fosse possível na nossa mão, a gente já tinha até saído de lá. Mas com tanta burocracia que colocam em cima da gente, fica difícil a gente sair de lá. Quem é que quer morar com um monte de mosquito? A gente bota veneno e dali a meia hora tem mosquito em cima da gente. Teve uma invasão de sapo por toda a vila. Quem é que quer morar num lugar desse? Ninguém quer morar. A gente quer um lugar decente para a gente morar. E também nós queremos que não seja tão difícil a procura das nossas casas; porque é muito difícil a aceitação, que eles aceitem a nossa casa, aprovem a nossa casa. Leva 30, 40, 60, sete meses para a casa ser aprovada. Então, nós queremos facilidade da nossa casa. Nós queremos sair, sim, nós estamos ali abertos a sair, mas nós queremos ir para a nossa própria casa, chave por chave, como se diz. Está bom? É isso aí.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Solange. Vou aproveitar aqui, também saudar a presença do Marcelo Dias, assessor parlamentar da deputada estadual Bruna Rodrigues, do PCdoB, a quem chamo para compor a Mesa aqui também. Bem-vindo, Marcelo. Nós estamos intercalando as falas, então, o Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Bom, pessoal, boa noite a todos. Foi um pouco difícil para chegar aqui, mas eu me solidarizo com vocês, porque, assim como vocês, eu também sou um sobrevivente da enchente. Para quem já me conhece e para quem não me conhece, sou morador ali do bairro Humaitá,

Vila Farrapos, e lá nós também sentimos a mesma dor, e sentimos até hoje a mesma dor que vocês sentem. Muitas reuniões tivemos lá com o secretário André Machado, porque teve e ainda temos muitos obstáculos com esses processos que dizem respeito a essas compras assistidas. É uma burocracia gigantesca. Vocês parecem baratas tontas, assim, depois que você passa um veneno, ela fica... E ninguém fala nada com nada. Muitas reuniões, André Machado, nós tivemos lá, inclusive, porque enquanto o governo federal falava uma coisa, aí outro falava outra, então nós fazíamos uma reunião lá na minha comunidade, são quase duas mil famílias também que vão ser beneficiadas com a Compra Assistida, e é um absurdo o que estavam fazendo com eles, e com vocês, porque vocês merecem saber a verdade. E o nosso papel enquanto vereadores, Vera Armando, Erick, o nosso papel aqui é falar a verdade para vocês. Porque nós, vereadores, somos fiscalizadores, é o mesmo papel que o pessoal está fazendo aqui é o que nós, vereadores, é o mesmo que eu brigo pela minha comunidade lá. Eu digo que nós somos que nem postes de luz, pois, separados, nós conseguimos levar luz para mais pessoas, e juntos... Muitas vezes, aqui, tem muitos representantes aqui do Sarandi, assim como tem também lá na minha região, eu sou o representante daquela região, então eu sei o significado e a importância que nós temos, principalmente, para essa luta de vocês. Quero aqui fazer um agradecimento também à Defensoria Pública, que tem sido incansável também nesse processo, nessa luta de fazer com que as coisas aconteçam nessa burocracia. Porque não é diferente, a dificuldade de vocês, não é diferente da minha região lá. Muitas vezes, a Caixa vai lá e diz: "Não, esse marco aqui não está legal, essa tomada aqui não está legal", e vocês precisam para ontem. Nós temos ainda famílias que estão vivendo... Secretário André, e tu sabes dessa dor, dessa luta constante, pois fazemos diversas reuniões com vocês lá, para desburocratizar essa parte do governo federal, para que se sensibilize essa burocracia que hoje se encontra, porque a realidade é outra. Não adianta, ninguém quer sair da sua região, todo mundo tem sua cultura, tem sua história, tem suas vidas criadas aqui na região, ninguém quer sair daqui, só que daí tu queres uma casa numa área que não alaga, não passa

na Caixa, porque ela está em área de risco. Então tem coisas que têm que ser mais facilitadas, principalmente para vocês poderem seguir a vida de vocês. Porque hoje a vida de vocês está parada, e vocês precisam ter essa realidade aqui, e através desta comissão, vereador, estou cuidando o tempo ali, através desta comissão é importante para nós estarmos, sim, cobrando, porque o nosso papel é fiscalizar o Executivo, a Prefeitura, fazer com que reuniões como esta façam com que vocês sintam que tem alguém brigando por vocês, que tem alguém lutando por vocês. Então é importante, está aqui o Governo Federal, está aqui o Executivo, a Prefeitura, a Defensoria Pública, para que vocês saiam daqui com a verdade, porque vocês não podem ser mais enganados. Essa é a realidade. O nosso amigo aqui disse que são oito meses já nessa luta. Então o tempo está passando, e o luto pós-enchente que nós passamos, esse nós não curamos ainda. É todos os dias. Só quem passou, quem viveu, quem ficou os 30 dias na enchente lá, lutando pelo seu povo, pela sua comunidade, é que sabe o que vocês estão passando aqui. Esse luto pós-enchente tem um significado muito grande para o resto da vida. Porque uma coisa é tu perderes uma geladeira, você perder um fogão, outra coisa é tu botares tudo para fora de casa. Eu acompanhei desde o início, desde o início dos resgates lá na minha região, depois que começaram a botar os móveis, botaram seus pertences para as ruas, as pessoas pareciam zumbis caminhando. Caminhando sem saber o porquê, porque perderam tudo. Mas eu peço para vocês que não percam a sua fé. Porque a fé é muito importante nesse processo. Nós estamos aqui por um significado. Enquanto nós estivermos aqui, enquanto nós tivermos forças, nós vamos estar brigando, chamando essas reuniões, chamando o governo federal, chamando a Prefeitura, chamando a Defensoria Pública, para que vocês saibam a verdade, para que vocês não sejam enrolados. Então, esse é o nosso papel. Acredito que a desburocratização tem que ser cada vez mais facilitada para vocês. A questão do habite-se, muita casa aqui, a gente sabe, na minha região, a maioria não tem habite-se. Do tempo da Cohab ainda, Vila Farrapos. Então, são coisas assim que não... E aí as pessoas acabam usando manobras para poderem comprar apartamento em outro lugar, acabam trocando por casas

dentro da região. Então, são manobras reais que acontecem por causa dessa burocratização. A dor ensina a gemer, e vocês estão aprendendo a gemer e a se virar com o que tem. E essa é a realidade. Então, me coloco à disposição. Parabéns, Erick, por esta reunião. Eu estou aqui, mas com a cabeça lá, porque a minha região também está alagada lá na Vila Farrapos, no Humaitá. Eu cheguei aqui, mas para mim isso aqui não é novidade, isso aqui eu vivo todos os dias lá. Choveu, eu já tenho, no meu carro ali, aquelas jardineiras, já boto, porque é o comum, a gente já usa no nosso dia a dia. Então, parabéns, mais uma vez, por esta reunião, aos vereadores que aqui estão, às pessoas que estão aqui, à Prefeitura, ao governo federal, Defensoria Pública, para darem a cara a bater. É importante participarem, é importante virem para escutar e para perceberem o quanto essa comunidade está sofrendo com esse luto pós-enchente. Certo? Deus abençoe a todos e seguimos aqui nesta reunião e, com certeza, sairemos daqui com vários encaminhamentos. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Ver. Marcelo. Quero cumprimentar e chamar o Marcelo Dias para compor a Mesa aqui, assessor da deputada estadual Bruna Rodrigues. E, de antemão, vou abrir aqui um pouco também para fazer uma alternância. Eu gostaria de pedir para o Marco Faccin, representante do DMAE, para que faça a próxima fala.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Obrigado, vereador, aos demais aqui participantes, à comunidade aqui presente. Então, a minha parte da fala vai ser explicar um pouco as obras. Eu acho que vocês já ouviram várias vezes essas explicações, mas eu vou só reiterar o que está sendo feito nesse momento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Ah tá, tem que falar meu nome também, eu sou Marco Faccin, sou engenheiro do DMAE, respondo pela Diretoria de Desenvolvimento. Então, o que a gente está atuando hoje? A gente está

buscando reconstituir uma segurança para um evento similar que venha a ocorrer no curto prazo. A região do Sarandi, ela foi afetada pela inundação que passou por cima do dique da FIERGS – houve pontos de rompimento no dique da FIERGS e houve pontos de extravasamento – e também pela água que passou por cima do dique do Passo das Pedras, da mesma forma, com pontos de extravasamento, onde passou por cima da altura, e pontos onde houve rompimento. Então, o que a gente está trabalhando é tentando fazer esses dois diques atingirem uma proteção numa cota de 5,80 metros, que é um pouco a mais do que chegou o nível do Gravataí nesse evento. Então, caso se repita essa situação, a gente vai conseguir manter a proteção dessa área. Então, a gente está trabalhando em duas frentes de trabalho: a gente está trabalhando lá nesse trecho que é o dique da FIERGS, a gente está contornando lá onde tem a Secretaria de Obras, a parte da usina de asfalto, e já fizemos o trecho do dique do Passo das Pedras, da *freeway* até a casa de bombas 10. E o próximo trecho a ser executado, a intervenção, é justamente nesse trecho das 57 residências, que pega os três pontos de rompimento. Então, a gente ali tem que elevar a cota do dique e reforçar os pontos. Durante o evento de inundação, a DCVU fez um fechamento provisório daqueles pontos, como foi possível fazer, e agora a gente tem que fazer esse reforço. Depois, nós temos um ponto bem baixo, na Av. dos Gaúchos, bem no cruzamento onde tem aquela pontezinha, mas ali a gente consegue trabalhar na elevação sem a necessidade da remoção das casas nesse momento. Então, ali tem essa intervenção também, para tentar elevar, para tentar ter um sistema de uma condição adequada. Porque, também, quanto mais próximo do Gravataí, mais ele é afetado por um fenômeno que se chama remanso. A elevação do Gravataí faz a elevação do canal... Aqui é o arroio, o Passo das Pedras, então a drenagem que passa aqui no arroio do Passo das Pedras vem desde a Protásio Alves. É uma área, uma bacia muito grande. Então, aquela água está vindo de uma região mais alta, vem escoando por ali, e quanto mais o Gravataí se elevar –, e o Gravataí elevou por consequência da elevação do Guaíba –, quanto mais próximo do Gravataí, mais alto é o nível. Por isso que a gente também está atuando, primeiramente, quanto mais próximo ali da

freeway para fazer essa elevação. Como a intervenção precisa botar rolo, máquinas pesadas, por isso a necessidade de se retirar aquelas casas; são casas que já ficaram fragilizadas pelo evento, e, no momento que a gente botar a máquina em cima trabalhando, compactando, além da gente ter que fazer alguns reforços... A gente entende a necessidade do pessoal, teve que se instalar ali, as suas casas, essa dificuldade, e aí acabou também se fazendo, para a ampliação das casas, muitos acabaram escavando um pouco o dique, então a gente precisa também fazer alguns reforços nesses pontos, para tentar garantir uma estabilidade do dique. Isso para chegar nessa cota intermediária. A gente está fazendo os projetos, também, para a elevação definitiva desses diques, e aí, sim, a gente tem que subir o dique até uma cota 7, que é a cota do projeto original do DNOS, e, por consequência, para a gente subir a cota, a gente precisa aumentar desde a base, reforçar desde a base. Então, por isso que vai ter que, em um segundo momento, haver, sim, a remoção de todas as residências do trecho da Aderbal, assim como do outro lado, ali, da Francisco Medeiros, na parte da Vila Minuano, precisa ser feito um dique na Vila Minuano. A Vila Minuano tem a proteção do lado lá da Dona Alzira, a Dona Alzira é o dique, tem a casa de bomba, mas tem que ser feito o fechamento do lado voltado para o Passo das Pedras. E, da mesma forma, a gente vai ter que elevar o dique lá do Arroio Areia. A Vila Dique, lá do Arroio Areia, tem a mesma situação. Lá, o dique está um pouco mais alto, então ele é menos crítico, mas nós também temos a intervenção lá. Essas intervenções definitivas desses diques, na verdade, eles estão contemplados num fundo de R\$ 6,5 bilhões, criado pelo governo federal, que vai ser gerido pelo governo do Estado. Foi criada uma estrutura de governança para executar essas obras, a gente está fazendo o projeto, na verdade, correndo na frente, porque os projetos seriam de competência da Metroplan, que é o órgão do governo do Estado responsável pela articulação... Porque nós temos o Gravataí, que está entre mais de uma cidade, o Feijó, que está entre mais de uma cidade, então, por isso, a atribuição do governo do Estado é fazer os projetos, mas a execução de obra, então, vai ser feita dentro desse fundo. A gente correu na frente para estar com os projetos

prontos até julho, então, é certo que as obras definitivas não começam antes desse momento, mas quem vai ter que fazer essa gestão é o governo do Estado. Nesse mesmo recurso, nós temos ali a ampliação da Casa de Bombas 10. A Casa de Bombas 10 tem uma deficiência de capacidade de vazão e da profundidade do poço. Para as casas de bombas trabalharem, então, tem um poço onde a água chega na estação e tem uma bomba que joga para fora, que joga para o Paço das Pedras, ou as casas de bombas lá da Av. Castelo Branco jogam para o Guaíba, e aí essa bomba, ela precisa ter já água dentro do poço para a bomba ser ligada e conseguir tirar água, então, todas essas casas de bombas que têm deficiência, já foram mapeadas, e precisa-se, entre outras coisas, afundar esse poço, para ela conseguir ser ligada antes. Hoje, ela é ligada já com uma determinada quantidade de água. Então, a previsão é ampliar essa casa de bombas com mais que o dobro da vazão e ampliar também aquele canal que já existe. Hoje, toda a drenagem vai para o canal e tem uma galeria que passa também por baixo das casas ali da Aderbal. Existe uma rede, uma chegada na casa de bombas, que também tem uma dificuldade de manutenção, em função dessas residências. E essa ampliação também está nos R\$ 6,5 bilhões, assim como a ampliação das Casas de Bombas 4 e 5, que são lá do Humaitá, região do Ver. Marcelo, que também... Oi?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, ali na casa de bombas da Vila Asa Branca, ela não precisa ampliação. Ali, o que vai ser feito? A gente tem que fazer um muro para proteção. Porque a Vila Asa Branca é o ponto mais baixo do bairro, então, um eventual transbordamento do canal da Casa de Bombas 10 alaga a Vila Asa Branca. A gente pretendia já estar fazendo a obra, a gente está com um problema para deslocar os postes de energia, porque aí tem toda uma burocracia, a gente tem que contratar o remanejamento dos postes, a gente está tratando com a Equatorial esse remanejamento dos postes para poder fazer o muro, que vai proteger unicamente a Vila Asa Branca.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Marco, um minuto para finalizar, por gentileza.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não foram ali, bem da Vila Asa Branca?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Ah, com sorte foram os postes que a gente precisa que sejam deslocados. A gente pode fazer a nossa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, falei brincando, mas a gente tem então essa questão para iniciar a obra da Asa Branca e também tem a remoção de algumas casas para fazer a interligação das redes ali na casa de bombas. Mas não adianta a gente remover ali se não tiver o deslocamento dos postes. Então, está no radar do DEMHAB, assim que a gente tiver um cronograma efetivo do remanejamento do poste, a gente vai ter a previsão de início da obra do muro de proteção e fazer esse remanejamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, na Asa Branca o cronograma depende de um cronograma da nossa obra. O DEMHAB tem já, eu acho, os levantamentos das casas, mas não se iniciou o processo, porque depende... A Equatorial apontou 60 dias para o remanejamento dos postes depois de assinado, depois de pago o valor do remanejamento, então a gente está trabalhando com isso. Olha, no que a gente resolver o remanejamento, tem 60

dias para o remanejamento, e aí, nesse tempo, iniciaria o processo da saída das casas para essa intervenção. Depois tem uma outra previsão de uma melhoria, de uma urbanização, de um rearranjo de alguns lotes, que é um momento mais para frente. Mas, então, o que eu queria dizer seria isso. Então, a gente tem o primeiro momento, essas casas, para poder fazer o reforço, e o momento futuro da cota definitiva, aí o governo do Estado que vai conduzir as obras com esse fundo de obras do governo federal. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Marco. O próximo inscrito é o José Carlos da Silva.

SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA: Boa noite, pessoal, eu sou José Carlos da Silva, morador da Aderbal Rocha de Fraga. O pessoal está muito preocupado com o nome na lista, mas isso não te garante nada. Tem relato de pessoas que faz sete meses que o nome saiu na lista, já conseguiram o imóvel, já foi aprovado e nada de a Caixa chamar o pessoal e dar uma decisão. Então assim, a preocupação é grande, não é só para os que querem sair na lista, como para os que já saíram e já conseguiram o imóvel e até agora não teve uma definição nenhuma da Caixa.

Outra coisa é a respeito ao aluguel social. Minha casa foi interditada pela Defesa Civil, até hoje espero esse aluguel social, muitos esperam, não saiu. E agora, do nada, num estalo de dedo, apareceu o aluguel social para 57 famílias. Nada contra, nós estamos brigando pelo quê? Uma chave pela outra. Nós temos noção do que a gente quer, tem uma lei que está a nosso favor que é da Constituição Federal, mas estão fazendo do jeito que nossos governantes do Estado querem. Eles querem que a gente saia, mas não querem dar solução para a nossa moradia. Infelizmente, a gente esperava que fosse uma coisa organizada, que não está sendo, e a gente está numa situação de depressão. Muitos consultam um psicólogo, muitos não dormem de noite, principalmente quando está o tempo para chuva e o impasse é esse aí. O que a gente quer é uma posição de a gente sair com garantia com a nossa chave da nossa outra casa na mão. Eu, no meu

caso, são três casas no pátio, só saiu um, cadastro foi feito junto, tudo bem. Mas o que a gente está brigando aqui é simplesmente por uma troca de chave, não ser jogado no meio da rua, porque R\$ 1mil tu não consegues nem pagar mudança de um lugar para outro. E o que a gente está brigando aqui – todos nós queremos – é apenas o nosso direito que está na Constituição e nada além disso. Mas a gente vê que a briga aqui entre A, B ou C é politicagem. O que a gente está fazendo é brigando só pelos nossos direitos. A gente não quer brigar por politicagem, partido A, B, C ou D. A gente só quer nossa casa, nada além disso. A gente só quer garantia de sair de dentro de casa e entrar na outra casa. Por quê? Quem garante que a gente saindo de dentro de casa, depois de dois, três meses, esse aluguel não vai ser cancelado? Há relatos de morador de cima do Dique que seis, sete famílias receberam esse aluguel social, três meses depois foi cortado o aluguel social. E como é que fica a situação desses moradores que vão morar no aluguel social sem a garantia de que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA: Exatamente. Então essa é a preocupação nossa. A nossa preocupação é sair de dentro de casa, uma chave pela outra e não jogar a gente em qualquer lugar, que a gente somos ser humano e a gente não pediu para estar ali. Porque quando a gente foi morar ali, eles não tomaram as providências. Agora que está nessa situação aí, agora chega e bota todo mundo para correr. Infelizmente, esse é nosso Brasil, que manda quem pode e obedece quem precisa. Só que conosco aqui não vai ser assim, nós vamos lutar até o final e vamos brigar pelos nossos direitos. Uma boa noite para todos.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Carlos. Para registro também, agradecer a presença aqui da Ver.^a Grazi Oliveira, do PSOL, se somando nessa batalha da moradia. Então vou de antemão aqui, gente, passar para a próxima escrita. A Sra. Fátima Velasquez está com a palavra.

SRA. FÁTIMA VELASQUEZ: Boa noite. Eu me chamo Fátima Velasques e moro na Rua Aderbal Rocha de Praga. O que eu tinha para falar, quase todo mundo já falou. Só tenho uma história para contar. Eu fiquei 35 dias como todo mundo ficou. Quando fechou os 35 dias, eu só queria saber se a minha casa estava de pé. Eu entrei com água por aqui, a água podre, podre, mas eu queria enxergar a minha casa, não era o que eu tinha dentro, a minha casa. Eu entrei com água por aqui, água podre, 30 dias sofrendo em outros lugares por aí. Quando eu encontrei que eu enxerguei a minha casa, foi a minha maior felicidade. Então é o seguinte, é a minha felicidade como é a felicidade de todos. Ninguém está dizendo que não quer sair de lá. Todo mundo quer sair, mas quer sair com a garantia de que nós vamos ter, porque não adianta vocês, daqui 57 casas agora vai sair. Está lá todo mundo desesperado, cada um escondendo uma coisa em qualquer lugar, porque estão com medo, medo do que foi dito para nós. Se vocês não saírem até dia 28, vão passar por cima. Então nós estamos desesperados. Vocês vão lá hoje, quem quiser, olhem várias casas. O que tem de melhor dentro de uma casa que nós agora conseguimos comprar de novo, que eu vou levar para pagar até daqui 10 meses, minha máquina de lavar, tudo, a gente está tirando e botando em qualquer canto. Só que eu tenho uma casa com dois quartos, com dois banheiros, com sala, com cozinha, como todos têm. E nós vamos morar num aluguelzinho desse tamanhinho. Eu trabalhei 35 anos para ter a minha casa. Eu pago luz na Aderbal Rocha de Praga. A gente abriu um barzinho para trabalhar. O meu marido levou 50, trabalhou 25 anos para receber o fundo para comprar aquele barzinho. E agora a gente não tem para onde ir, porque é um aluguel de R\$ 1 mil. Vocês sabem que R\$ 1 mil não dá. Só se tu fores morar nos fundos de alguma casa de alguém. Quem vai te aguentar um ano morando na casa de alguém? Ninguém. Nem minha irmã, nem minha mãe, nem ninguém. Ninguém aguenta as pessoas morando um ano: “Eu vou te dar R\$ 1 mil, tu deixas eu ficar na tua casa?” A coisa não é assim para tu saíres para um aluguel. A gente tem a nossa casinha. Tem muitas pessoas no bairro Sarandi que não tem as casas, que perderam. Por que eles não deram ainda casa para as pessoas que já perderam? Quem está lá como a Carla, pagando aluguel, sem

ter onde morar. Várias pessoas estão sem onde morar. Por que tirar nós que nós estamos na nossa casa? Só que a gente não quer dizer que a gente não queira sair. A gente quer a garantia, o papel na mão. “Esse é o teu papel, Fátima, tu vais lá e escolhes a tua casa”. Não agora, eu estou com papel e não encontro uma casa. Eu não encontro uma casa, porque de R\$ 200 mil reais têm, mas aí tu chegas lá, se não tiver, a caixa d’água, a Caixa não aceita. Se não tiver um tanque, a Caixa não aceita. Se tiver um cupim numa porta, a Caixa não aceita. Essa é a nossa tristeza de a gente não dormir. Eu levanto 5h30min. da manhã para ir trabalhar, 5h30min da manhã para quê? Para pagar minhas contas, tudo. Eu pago luz, eu pago água, eu pago tudo. E quando eu comprei a minha casa, eu comprei duas num pátio só. Hoje, se eu ganhar, vai ser uma, não me importa, mas eu quero a minha casa. Porque quando eu comprei lá, se não fosse o nosso direito, por que nós pagamos luz lá? Por que nós pagamos água, se não é o nosso direito lá? Eu não invadi lá. Eu comprei, eu tenho o meu papel, que eu comprei. Então é esse que eu, como todo mundo que está aqui. Todo mundo não dorme mais de noite, ninguém dorme mais de noite, apavorado, tirando as coisinhas. Eu vendo lá o caminhão tirando de muitas pessoas, eu não tirei nada ainda, mas muitas pessoas já tiraram, com medo. Medo de a patrôla vir, porque eles disseram isso e está no papel escrito atrás. Que se nós assinássemos aquele papel, nós saberíamos que dia 28 de fevereiro eles iam vir tirar nós de lá, com patrôla e com tudo. Então todo mundo aqui que mora na Aderbal, muitos não vieram, porque deu esse temporal. Mas eu estou aqui e eu acho justo que a gente ganhe o papel ali. “Fátima, está aqui o teu papel e vai procurar a tua casa”. É só isso que eu tenho para dizer e boa noite para você.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Fátima. Gente, eu gostaria então de passar a palavra para a Ver.^a Grazi, a gente fez uma alternância. Todos os vereadores falaram, né? Se possível, pode ser, vereadora?

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa noite a todos os moradores do Sarandi, Elizabeth. A gente sabe muito bem da gravidade da situação que a gente está debatendo aqui. Nós estamos falando do mínimo, do mínimo que é moradia, direito à moradia, e que também sabemos que, por negligência, por abandono do poder público, muitos que estão aqui perderam suas casas em decorrência da chuva. Então, saúdo, e podem contar com o nosso mandato, com o nosso trabalho quanto vereadores e vereadoras. Nós saudamos aqui a comunidade que está aqui, em plena chuva. Nós chegamos aqui embaixo d'água, porque quem chegou agora aqui viu a situação do bairro. Sabe como é que está a situação do bairro e sabe como é que vai encontrar da porta para fora. Está tudo embaixo d'água. Então, a gente sabe muito bem quais são as situações que vocês passam no cotidiano, e é para isso que nós estamos aqui, para ajudar a fazer a mediação com o poder público, para que a gente possa garantir o mínimo que se quer, que é garantir a moradia de cada um e cada uma. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, vereadora. Agora, vou passar a palavra para a Tatiana Marques, moradora aqui do Sarandi. Tatiana, vou pedir para que se apresente, mencionando o nome da rua também. Cinco minutos.

SRA. TATIANA APARECIDA MARQUES DE JESUS XAVIER: Olá, boa noite. Meu nome é Tatiana, inclusive estou de meia porque acabei de sair ali da enchente, do alagamento. Eu não moro aqui no bairro, mas a minha avó mora, e estou aqui representando-a, mas não estou aqui só representando-a. Eu trago muitas problemáticas que este bairro tem e muitas pessoas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar quem decidiu, foi lá e disse: “Essas 58 casas não estão dentro do programa.” Parabéns, que serviço porco. Então, essas pessoas não existem? Como assim? Elas não existem? Elas estão aqui! E as crianças, e as famílias, e os idosos, como vão ficar? Como eles vão ficar? Outra problemática: tem essa lista rolando, inclusive, Sr. André, muito obrigada por ter me dado atenção no dia 28 de fevereiro nas redes sociais. Ainda estou

aguardando a sua resposta, entendo, mas depois, de repente, a gente conversa melhor. O que acontece? Saiu a lista, uma bagunça. Todos concordam que é uma bagunça. Saiu a lista. Lá, na rua em que a minha avó mora, alguns saíram, outros não. Como é que tu me explicas isso? Foi me passado que, pelo fato de a minha avó morar sozinha, ela é unilateral, ela não tem preferência. Uma pessoa de 75 anos não tem preferência? Que mundo que a gente vive?

Mas, como eu disse, não é só a problemática da minha avó, é a problemática aqui de todos, porque ninguém aqui é lixo, todo mundo é cidadão, todo mundo está indignado. Eu tenho certeza de que não é só a minha avó que não dorme à noite; todos vocês, quando dá essa chuva, ficam nervosos, não sabem se vão voltar para casa, e as coisas que ainda estão pagando estão lá. Porque, se não fosse eu, os meus parentes e os meus primos comprar as coisas da minha avó no parcelado de novo, ela não iria ter nada. E agora, no sábado anterior, já encheu a cozinha dela de novo. Como é que vai ficar?

Ok, está saindo a lista, está correndo, vamos fazer de conta que está correndo bonitinho, que a gente sabe que não está. Está, está correndo, chega lá, achei a minha casa. Mas eu, vamos supor, moro numa família: eu, meu marido, minha mãe e dois filhos. Onde eu vou encontrar um apartamento para socar essa gente toda em dois quartos? Não é mesmo? Como é que ela vai fazer?

Outra problemática: encontrei, a gente sabe que não tem, mas vamos dizer que eu encontrei. Ok, quantas pessoas aqui vivem, às vezes, com salário mínimo, com algum tipo de auxílio? Como é que vamos pagar condomínio? São R\$ 300,00 de condomínio, mais IPTU. Está tudo errado! Eu não quero saber quem vai resolver, mas a gente precisa que alguém resolva. A gente precisa de respostas, está todo mundo cansado, ninguém trabalha mais direito, ninguém vive mais direito. Quem é que vai responder a essas perguntas? Quem é que vai fazer alguma coisa por nós? Falar é fácil, agora vir aqui e resolver... A gente entende que tem coisas que demoram, que não é de um dia para o outro, a gente entende, mas já se passou muito tempo. Uma chuva de 30 minutos, eu tive que sair com o meu carro debaixo d'água, um carro parcelado em 10 anos, porque nós somos pobres. E aí, não sou só eu, são todos vocês. A gente nem chegou

no inverno ainda, o que vai ser da gente no inverno? Contar com os outros? Com a solidariedade um do outro? De quem perdeu, fazendo marmitta, porque o outro não tem o que comer? Vai ser mais um inverno assim? Não dá mais! Do jeito que está, não dá mais! Estamos cansados, queremos respostas, não aguentamos mais.

Outra problemática: também quero aqui solicitar ajuda psicológica, porque, como ele falou, vivemos um luto. Todo mundo aqui vive um luto, porque todo mundo perdeu objetos de valor sentimental, fotos dos seus entes. A minha avó perdeu foto da minha mãe, que é a única coisa que ela tem da filha dela, que morreu. E aí, como é que isso vai ficar? O valor sentimental, as coisas a gente recupera, mas todo o trauma que passamos, não tem psicólogo para atender, não tem. Na rede pública, não tem. Ali, na Legião, ela conseguiu atendimento de mais ou menos umas quatro consultas, não é, vó? E só. Quatro consultas para quem esteve 35 dias debaixo d'água? E os filhos de vocês, como é que estão? E como é que estão, sabendo que daqui a pouco pode passar uma patrula em cima da casa de vocês? Como é que eles estão estudando? Não é só uma casa, são muitas problemáticas. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Tatiana. O próximo inscrito é o Lindomar Milke. Lindomar, por gentileza, cinco minutos.

SR. LINDOMAR MILKE SOARES: Boa noite a todos. Gente, como todo mundo viu...

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Lindomar, um minutinho, por favor. Por questão de ordem, a gente sugere que quem quiser fazer ainda a inscrição, está aberta e vai se encerrar no final da fala do Lindomar. Então, vem até aqui ou procura alguém da assessoria para poder se inscrever. E, depois do Lindomar, nós temos ainda quatro falas, quatro inscrições aqui da comunidade. Depois, a gente vai passar também para as autoridades fazerem uso da palavra. Desculpa, pode seguir.

SR. LINDOMAR MILKE SOARES: É isso aí, gente. Sou Lindomar Soares, sou morador da Rua 25 de Outubro, aqui na Vila Asa Branca. E, como todo mundo viu, todo mundo já falou tudo, ou quase tudo, não é? Então, eu vim só manifestar a minha indignação de acordo com o andamento, principalmente da Caixa Econômica Federal.

No meu pátio, são três casas. Aí, saiu o tal do nome na lista lá da minha irmã e da minha sogra. Já fez 60 dias. Faz 45 dias que assinaram os documentos lá, mas a Caixa ainda não foi fazer vistoria. Então, é como falou a outra moça ali: se tem a obra para acontecer nessa rua, por que saiu uma casa, duas casas, pula uma e vai a outra? Quer dizer que vai passar por cima a máquina? Acho que não, né?

Outra coisa: essa parte aí de pegar e ficar com esse aluguel social... Cara, já foi tudo falado, R\$ 1.000,00 não dá nada para fazer com isso. Qualquer casinha, no mínimo, é R\$ 1.500,00 o aluguel. Eu te pergunto: como é que fica para as pessoas, como a moça aí, a dona que tem o bar? Para mim, que sou construtor, tenho 2 betoneiras, 10 carrinhos de mão, 40 metros de andaime. Aí, para eu morar num pátio onde tem 6 por 6, uma casinha e 5 metros de pátio na frente? Onde eu moro é uma casa de dois pisos, mede 70 metros quadrados, uma casa boa, confortável. Aí, passamos pelo que passamos nessa enchente, como todo mundo passou aqui. Saíram os ditos R\$ 5.000,00, três meses depois. Aí, eu fui lá, bem faceiro, comprei piso, comprei forro, uma lata de tinta e reformei tudo. Duas semanas depois, chegou o pessoal lá para fazer um cadastro, que o meu espaço, não porque a casa estragou com a enchente, mas, sim, porque o DMAE quer fazer uma obra.

Então, o meu nome ainda não saiu. Estou aguardando ainda para, depois de todo esse tempo aí, 60 dias, conseguir um imóvel. Aí, tu vais lá e faz isso aí, como ela falou. O meu amigo ali escolheu o apartamento, o cara da Caixa foi lá, tirou todas as fotinhos, bonitinho, e não passou na vistoria, porque a pia da cozinha não tinha. Entendeu? Então, é isso, minha gente. Essa documentação toda que a Caixa pede é necessária? É necessária, mas, como a obra tem que

acontecer, tem que ter um pouco mais de flexibilidade da Caixa, para não ficar exigindo tudo isso daí. Ou, no final de tudo, a Caixa quer que, quando chegue nos últimos dias, te socar dentro de um apartamento de 40 metros quadrados, isso aqui. Como é que se chama isso? Subfaturamento. É isso aí, tá, gente? Então, é só para deixar registrado aqui a minha indignação, que nem todo mundo está aqui. Tá, gente? Obrigado. Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Quero fazer um registro aqui, passar também para a Elisangela Melo, moradora aqui da Aderbal também, moradora da Dique, né, e do movimento MAB.

SRA. ELISANGELA MELO: Boa noite, pessoal. Eu moro na Aderbal Rocha de Fraga. Faço parte desse movimento aqui, que vocês estão vendo a bandeira. Uma coisa eu vou falar para vocês. Ali onde a gente mora, eu moro ali há 42 anos, que é a minha idade. Criei dois filhos, sempre trabalhei, sempre paguei água, luz; tudo direitinho. O que acontece? Onde eu moro, são três casas. A minha irmã, que já falou, a minha mãe e eu. Simplesmente, o pessoal esteve lá, fez o cadastro do pessoal, fizeram o cadastro, tiraram fotos, fizeram aquela bagunça toda que eles fazem. O que aconteceu? Passaram-se dois meses, um mês e pouco, saiu o nome da minha mãe e o nome da minha irmã. Aí me ligaram: “Bah, consta aqui no teu cadastro como unipessoal.” Mas como assim unipessoal? O que é unipessoal? Por que eles não viram isso na primeira vez que estiveram na minha casa? Deixaram esperar até o último momento? No último momento? O que aconteceu? Lá fui eu sair do meu serviço – que eu trabalho. Trabalhei, fiquei três meses, três meses morando em Viamão, porque eu tinha que trabalhar, porque ninguém me dá nada, se eu não trabalhar, eu não tenho nada. Governo, Estado, ninguém vai me dar nada, nem para vocês aqui. Eu tive que trabalhar e paguei do meu bolso todas as passagens, porque Viamão é longe pra caramba e eu trabalho na Av. Cristóvão Colombo. Trabalhei durante três meses. Tive que ir no DEMHAB, esses dias, para me cadastrar no cadastro unipessoal. O que aconteceu quando me ligaram do DEMHAB? A moça disse

assim pra mim: “Minha querida, no teu cadastro conta só o teu nome. Arruma aí um CPF de alguém e traz para mostrar que mora contigo.” Mas como isso? Quer dizer o quê? Eu tenho que mentir que mora alguém comigo para eu poder ter o direito de uma casa que é minha há 40 anos? Isso é um absurdo! Nós moramos ali, não importa se eu moro sozinha. A minha casa é a terceira casa depois da casa de bombas. O dique estourou bem atrás da minha casa. Tem reportagens que foram feitas, o mato de dentro do dique entra na minha casa. Eu não consigo dormir, eu levanto às 4h30min da manhã para trabalhar. Às 4h30min para trabalhar! Eu tive que ir lá e agora estou esperando. Eles alegam que eu vou ficar por último, porque eu não sou prioridade. Então, se eu não sou prioridade, eu não vou sair da minha casa. Eu vou sair da minha casa por quê? Meu nome não está na lista. Que garantia eu tenho? Eu vou morar onde? Debaixo da ponte ou quem sabe na casa de alguém do DEMHAB ou da Prefeitura? De repente eu vou morar na casa deles. Entendeu? O que acontece, gente? Além do meu problema, há algumas famílias na minha rua que têm renda acima de R\$ 4 mil. Não podem ser assistidas na compra. Mas como assim? Tu trabalhou a tua vida inteira para ter aquilo ali. Não importa se tu ganhas R\$ 10 mil, R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil, a casa é tua, é teu direito, tu trabalhou para ter. Entendeu? O quanto tu te privou para ter as tuas coisas? Quanto tempo tu levantou de madrugada, sol, chuva? (*sic*)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SRA. ELISANGELA MELO: Então, olha aí. E vocês acham que essas pessoas têm o direito de decidir que tu não vais ter tua casa? São seis famílias lá, que estão nessa situação. Entendeu? São seis famílias! Nós entendemos, nós da Aderbal, nós entendemos a importância do projeto. Só que tem que ser levado em conta os nossos interesses. Não é somente interesse de Prefeitura, DEMHAB, ou seja de quem for. Nós temos direitos, nós temos direitos. Por que nós temos que ceder e eles não? Por que nós temos que ceder? Por que nós temos que sair para aluguel e eles não podem ceder, a respeito da compra

assistida? Eles não podem ceder para derrubar um habite-se? Eles não estão com pressa da obra? Então, que facilite para nós, é simples. Nós queremos sair, como foi dito. A minha casa tem enxame de mosquito. Enxame – enxame! –, tu não dorme, tu não dorme. Convida alguém para passar uma noite aqui na minha casa, que eu duvido que vá dormir. Ou perereca, sapo, como eles chamam. Minha casa é invadida, dentro do meu quarto, no meu banheiro. E ainda eu tenho que ouvir o quê? Ai, tu vais ficar por último, querida, porque tu não é prioridade. Não tenho família. Está ali minha irmã, eu não tenho família, eu sou sozinha no mundo, eu nasci de chocadeira, provavelmente. Entendeu? E isso é necessário que seja levado em consideração. Entendeu? Nós não estamos nos negando a sair, mas nós temos o direito de ter a nossa casa. Quer dizer, então, que eu vou sair da minha casa para fazer a vontade de quem seja, para fazer uma obra, né? E vou morar onde? Onde que eu vou morar? Debaixo da ponte? Eu vou pegar as minhas coisas e vou morar debaixo da ponte? Eu tenho direito à minha casa. Não importa se eu moro sozinha? Não tem que sair as 57 casas? Não é isso que estão dizendo? Então, por que tem esse negócio de unipessoal? Quem foi que inventou isso? Quem foi? Isso não é para facilitar a obra? Então vamos facilitar. Isso é o quê? Isso é uma discriminação! Há relatos de denúncia de moradores onde eu moro, que no dia que o responsável pelo DEMHAB esteve lá, ele apontava as casas. Essa vai sair, essa não. Por isso que sai casas aleatórias, gente. É por isso que vocês estão vendo. Três casas e saem só duas. Por quê? Porque muita gente viu isso. O cara do DEMHAB... Está aí o pessoal, teve gente que viu, ele escolhia as casas que iam sair. Mas quem é ele? Que direito ele tem de ir lá escolher as nossas moradias, que nós lutamos pra ter? Eu faço aqui uma pergunta: dia 28, como é que vai ser? Que hora que vão passar com as patrulas por cima da nossa casa? Que hora que vão passar com as patrulas por cima? Hã? A gente não vai deixar, nós vamos botar fogo, nós não vamos deixar. Porque é nosso direito. Se nós ceder para eles, eles vão passar por cima. Nós vamos morar na rua, gente. A nossa casa é nosso direito! Por que quando terminou a enchente, não foram lá cadastrar as famílias? E outra coisa, o dia que eu estive no DEMHAB, eu levei o documento escrito, o documento de uma pessoa que é

o meu parceiro. O que foi dito para mim? “Ai, meu amor, nós não aceitamos, porque não é documento físico, não importa o número.” Quer dizer então, há uma facilitação da minha parte, mas do DEMHAB não pode ter? Qual era o problema de botar o número do CPF, do RG de uma pessoa? Por que tem que ser o documento com foto? Por quê? Qual é a diferença que vai fazer? Eles não aceitaram o documento. Então, eu tive que assinar, como eu morava sozinha e eu não morava sozinha. Porque a pessoa que vive comigo perdeu o documento dele. E ele não tinha condições de fazer. Porque na minha casa, gente, só sobrou o botijão de gás – só sobrou o botijão de gás! Não sobrou mais nada, nada. Minhas paredes estão todas rachadas. E eu vou ficar por último, porque eu não sou prioridade. Entendeu? Então, isso está muito errado. Nós temos que lutar pelo nosso direito e perguntar para eles aqui. Como é que vai ser dia 28? O que vai acontecer dia 28? Nós vamos acordar com a nossa casa debaixo de um mundaréu de coisa? É isso que vai acontecer? Ou nós vamos ter um prazo? Ou nós vamos ter um prazo para que os nossos nomes, aqui como tem vários parceiros aqui da região, que não saiu o nome na lista: o meu, o da Fátima, o da Tati. Nosso nome não saiu na lista. Nosso nome, por que não saiu na lista? Por quê? (*sic*)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SRA. ELISANGELA MELO: Então, por quê? Porque nós sabemos, gente, vamos acordar, nós sabemos que a Caixa está trabalhando com o nosso dinheiro. A Caixa está segurando o nosso dinheiro. Essa é a verdade. Porque se houvesse uma facilitação do lado deles, também haveria para o nosso lado, gente. Nós temos que botar a manga de fora e brigar pelos nossos direitos. Nós não estamos pedindo nada para eles, é nosso direito. Nós trabalhamos para ter as nossas coisas. Nós não estamos nos negando a sair. Nós só queremos a nossa casa. Agora vocês imaginam, eu moro lá, eu trabalho na Av. Cristóvão Colombo. Eu vou ter que morar onde para achar uma casa? Lá em Alvorada, e aí, se eu tenho que estar no meu trabalho às 7h da manhã? Estou dando um

exemplo. Se eu tenho que trabalhar às 7h da manhã, que hora eu vou acordar para ir trabalhar? Por que eu tenho que modificar toda a minha vida, toda a minha rotina, por causa de um projeto que não facilita a nossa vida? Por que não derrubam o habite-se? Por quê? Para facilitar a nossa compra? Para que a gente possa sair do caminho deles? Por quê? Porque daí a Prefeitura vai deixar de ganhar dinheiro de imposto? Entendeu? Então, é necessário que a gente se posicione e brigue, pergunte para eles como é que vai ser o dia 28. Que ninguém respondeu até agora. O que vai acontecer no dia 28? Foi prorrogado o prazo? Não sabemos, ninguém responde, só fica todo mundo quieto. Entendeu? É necessário, a gente veio a esta reunião para quê? Para que a gente tenha uma resposta. E a resposta está onde? Como vai ser o dia 28? Onde nós vamos? Nós vamos ser acordadas com gente derrubando as nossas casas? Com as nossas famílias destruídas? Casas que a gente lutou para construir? Então, é necessário que essa resposta seja dada para nós. Como vai ser dia 28? Como? Até agora ninguém disse se vai ser prorrogado o prazo. Aí, eu te pergunto: eu tenho que sair da minha casa? Meu nome não saiu na lista. Meu nome não saiu na lista! Está aqui, as meninas já fizeram várias reportagens na minha casa. Saiu em tudo quanto é jornal, o mato do dique, que é do lado, está entrando para dentro da minha janela. E eu não sou prioridade, porque eu posso viver no meio do barro, sair da minha casa sem nome na lista, sem garantia de nada e ir morar no meio da rua. Entendeu? É isso que vocês têm que entender. Se nós não nos posicionarmos, porque não existe lei para passar por cima das nossas casas. Nós somos gente, nós não somos bichos, nós trabalhamos para ter aquilo ali. É nosso direito. Quer dizer, então, você levou 30 anos para construir a tua casa, aí você vai sair da tua casa que você investiu R\$50 mil, para ir morar num apartamento que eles alegam que é R\$ 200 mil, mas é pago R\$ 120 mil e o resto a Caixa embolsa? Vamos botar a mão na consciência, gente. Nós só saímos com as nossas casas! Que direito nós temos? Que direito nós temos? Nós queremos a nossa casa! Nós entendemos a importância do projeto, das vidas das pessoas que estão atrás desse projeto, mas a gente precisa, eles precisam entender o nosso lado, não é só o lado deles, entendeu? Para onde eu vou, a

pergunta? Se eu sou cadastrada como unipessoal, aonde que eu vou morar, se eu sou sozinha? Se eu não tenho ninguém, eu vou morar onde? Na casa de alguém, eu acho então, provavelmente, entendeu? Então, há umas incoerências que não existem. Pergunto, por que não puderam aceitar o CPF e o RG da pessoa que eu levei? Porque a própria moça do DEMHAB ligou para mim e ela disse: arruma um documento de qualquer um aí, traz aí para provar que mora alguém contigo, para que possa facilitar a compra da tua casa. Isso é um absurdo, gente! Isso é um absurdo.

Então é importante isso, entendeu? Como que eu vou chegar no DEMHAB e mentir que alguém mora comigo para poder facilitar a compra de uma casa? Isso não existe. Cara, isso é crime! Além de a gente ter sofrido o trauma de perder tudo, a gente ainda tem que sofrer o trauma dessa humilhação, porque isso é uma humilhação que estão fazendo com a gente. Dar pressão que no dia 28 a máquina vai passar por cima da casa da gente. Quer dizer que nós somos o quê? Na hora de ir lá pedir voto, na hora de pagar IPTU, de pagar água, luz, não tem desconto para nós. E aí a gente existe. Aí nós existimos, não é? Agora, para garantir a nossa casa, cadê? Como é que vai ser dia 28? Como é que vai ser? Se eu estiver morando embaixo da ponte, como é que eu vou trabalhar? Eu vou virar moradora de rua. Eu trabalho, sustentei dois filhos sozinha, morando naquela vila. Até vou ressaltar aqui que, no dia em que eu estive no DEMHAB, teve um rapaz que ele queria me colocar, mas aí veio algum grandão lá de dentro do DEMHAB, que ele foi lá, ele tinha boa vontade, o rapaz, porque ele viu, eu mostrei para ele as fotos da minha casa, as mesmas que eu te mostrei no dia em que tu estiveste lá fazendo conosco, que tu viste o estado da minha casa – a mesma foto. Ele disse: Meu Deus, como é que tu vais ficar num lugar desse? Eu disse, tu vais lá e pergunta para o teu chefe aí, se não dá para botar o número do documento, para que a compra possa ser aprovada. Não importa se eu moro sozinha, eu tenho direito à minha casa, entendeu?

E a nossa pergunta aqui hoje, que todos deveriam fazer para eles aqui, como que vai ser no dia 28? Até agora ninguém falou se o prazo vai ser prorrogado.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Elisangela.

SRA. TATIANA APARECIDA MARQUES DE JESUS XAVIER: Só para complementar a fala dela, que não foi só com ela que induziram o erro da minha avó colocar outra pessoa no cadastro, não foi, porque a minha avó mora sozinha numa casa e o meu tio em outra, mas em casas separadas. E lá no DEMHAB foi orientado para que, “não, coloca nome de outras pessoas”. Então nós vamos estar mentindo? E com certeza deve ter sido mais.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Gente, sugiro depois a gente abrir para o secretário André Machado, defensor público também, Rafael, poder falar, e, logo depois das falas, encaminhar para as últimas inscrições. Só para complementar, ainda está inscrita a Mari, a Flávia, a Marilene Marciel, a Ângela e a Juliana da Silva, então encerraram as inscrições.

Primeiro, quero dizer uma coisa importante para vocês. A gente sabe, a gente está aqui, e a crítica que nós temos aqui à Prefeitura não é pessoal, secretário, ela não é uma crítica pessoal, ela vai além disso. É uma crítica a um problema que está acontecendo na cidade, especialmente aqui na região do Sarandi. Agradeço a presença do secretário André Machado, agradeço a presença da Defensoria Pública, do DMAE, das autoridades, dos vereadores que estão aqui, Marcelo Dias também representando a deputada estadual. É uma Mesa bem ampla, inclusive, é uma mesa onde tem vários partidos, várias ideologias diferentes, com o objetivo, claro, da moradia. Eu, enquanto cidadão, para me apresentar, eu sou morador aqui da Zona Norte também, sou vizinho aqui do Sarandi, morei muito tempo aqui na Rua do Povo, na FIERGS, um ambiente que foi afetado pela enchente, e eu estou extremamente incomodado, como vereador e presidente da Comissão dos Direitos Humanos. E por que eu digo isso? Eu digo isso não no tom de criticar alguém pessoalmente, eu digo isso no tom de entender os problemas que a gente está vivendo aqui no Sarandi. Não é admissível, gente, que, depois de oito meses – e isso é uma crítica aos governos, isso é uma crítica às autoridades –, que não tenha, de fato, um encaminhamento

responsável. Eu tenho andado com a Mari, tenho andado com o Claudir, temos feito, inclusive, protestos, e registro aqui que ninguém gosta de fazer protesto, mas nós fizemos protesto porque é necessário e é um direito nosso enquanto cidadão. E a gente sabe que a batalha dos trabalhadores aqui não é fácil, o pessoal sofre com a falta de vaga na creche, sofre com baixo salário, sofre com o transporte público precário. Só que tem uma coisa que é mais preciosa do que isso, que é a habitação. Eu também sou morador de um território ocupado, e eu, desde pequeno, assistia de perto como que funcionava um despejo, e isso me preocupa muito, o despejo, porque, como está atacando a moradia, a gente está atacando a dignidade daquela família, a gente está atacando os direitos básicos daquela família. E essa Comissão dos Direitos Humanos tem como objetivo central e principal garantir os direitos básicos de vocês. E todas as falas aqui foram legítimas, todas as falas, seja do governo ou seja da comunidade aqui. Agora, a dor da enchente, a dor das cheias, o trauma psicológico causado, o dano material e imaterial causado aqui, a gente sabe, pessoal, a importância da obra. Ninguém aqui é contra a obra de prevenção de cheia, como muitos dizem por aí que nós somos contra. Não, a gente é favorável à obra, à manutenção das casas de bomba, ao processo de drenagem, porque é fundamental para a cidade. Então ninguém está questionando a importância da obra do dique. Agora, nós também não podemos aceitar a demora da Prefeitura, dos governos, inclusive, para garantir a moradia e, numa sexta-feira de carnaval, simplesmente deixar o ambiente ainda mais tenso e, simplesmente, ameaçar a moradia dos moradores aqui da Aderbal. Quero dizer para vocês que, antes de ser vereador, eu sou um cidadão morador da Zona Norte, que, assim como vocês, tive que ocupar para ter o direito à moradia. E quero dizer para vocês que eu estarei lá, ao lado de vocês, impedindo o despejo. Eu sou totalmente contrário ao despejo. A gente precisa e deve se mobilizar com a comunidade da Aderbal. E eu não tenho dúvida, secretário, que nós vamos sair daqui dessa reunião com compromisso de não ter o despejo sexta-feira. Nós não temos dúvida que o compromisso aqui é evitar que isso aconteça. Ninguém aqui quer sair na sexta-feira, em protesto, trancando a freeway, impedindo o pessoal de ir para o litoral,

curtir as suas férias de carnaval, numa escala seis por um, que explora as pessoas, inclusive, que não têm tempo de lazer com a sua família. Ninguém aqui quer perder tempo criticando. Nós queremos a solução. Mas a solução se dá com negociação séria e rápida. A Caixa também precisa parar com a burocracia. A Caixa precisa entender que um problema de uma falta de uma pia, de um armário, é um problema que dá para resolver, mas não travar um processo por conta disso, porque daí deixa apreensivo o ambiente. Aí tem muitas pessoas que já têm nome na lista, mas, devido a um detalhe específico, não conseguem adquirir pela Compra Assistida da Caixa.

Outro problema também que nós pedimos, secretário, obviamente que tudo o que a gente pede aqui e fortalece o debate pode avançar, porque a gente está aqui com a Prefeitura de Porto Alegre representada, a gente quer a melhoria do aluguel social. O aluguel social não paga, muitas vezes, aluguel para as famílias. Mas para além disso, a estadia solidária também tem que se estender, mas, sobretudo, pessoal, ninguém aqui é contra o aluguel social e contra a estadia solidária. Agora, assinar um documento do aluguel social e estadia solidária e não ter a garantia da moradia, ninguém vai tomar essa ação.

Mas eu quero dizer também que esse compromisso firmado aqui nessa noite, do encaminhamento da reunião da CEDECONDH, tem que ser um compromisso levado adiante, levado a sério. Não se trata de burocracia. Eu, quando li o documento da Caixa e o programa, eu sou favorável ao programa social. Para que vocês saibam, eu sou um apoiador do governo Lula. Agora tem que desburocratizar, porque a situação aqui não é uma situação comum de um programa social. O regramento não pode ser o mesmo. Quer dizer que um cidadão que ganha R\$ 4 mil, R\$ 5 mil não pode ter direito à casa, sendo que ele perdeu tudo o que tinha dentro de casa e, ao mesmo tempo, teve um trauma psicológico e, por conta disso, ele não pode ter a garantia da compra. Não dá também para que pessoas que têm problema no CPF sejam impedidas de ter acesso à sua casa. Agora é a hora, agora é a hora da gente cobrar das autoridades. Agora é a hora de encaminhar de forma séria e cobrar de quem tiver que cobrar, porque é assim que as coisas funcionam. A população do

Sarandi é uma população gigante. Hoje o problema está concentrado na Aderbal; amanhã, depois, passará para outras ruas. E tem muita dúvida aqui, que eu acho que o secretário pode esclarecer, de como vai funcionar esse processo. Agora, quero dizer para vocês uma coisa importante, eu quero fazer um registro aqui. A gente está junto para que vocês saiam de forma segura. Ninguém aqui vai abandonar suas casas, ninguém aqui vai aceitar que a patrula passe por cima, sem ter a garantia da chave na mão, ou, no mínimo, um compromisso documentado e sério, que todos os moradores se sintam representados e tenham segurança. (Palmas.) Por isso, a gente quer desburocratizar, e fizemos um apelo à Prefeitura de Porto Alegre, fizemos um apelo à Defensoria Pública: não pode haver despejo nesta sexta-feira. Prorroguem esse processo. Prorroguem, porque a gente vai ter tempo de negociar. A gente não vai aceitar que isso aconteça. A Comissão dos Direitos Humanos é contrária, eu tenho certeza, a isso. A gente tem que sempre avisar as famílias para se organizarem. A gente sabe que foi tudo muito em cima, tudo muito atropelado, sem tempo de organização. Por isso, a gente quer encaminhar também dessa forma, e eu sugiro dar tempo aos moradores de se organizarem, acharem suas casas. E aqueles que ainda não saíram a compra assistida, têm que sair de imediato, porque isso é um problema de agora. É um problema de agora, porque a obra também tem que acontecer. Nós não queremos mais passar por uma cheia. Nós não queremos mais sair de casa de barco. Parece que estamos dentro Guaíba, aqui dentro do Sarandi. Nós não queremos mais ações de solidariedade dessa forma, desse jeito. Nós queremos evitar que isso aconteça. Mas, para que isso seja evitado também, nós pedimos à Prefeitura que tenha uma organização melhor, e um compromisso da Comissão dos Direitos Humanos, dos colegas vereadores, junto à Prefeitura, para que a gente possa fazer uma negociação segura. E digo isso para vocês, porque nós estávamos na Av. Assis Brasil, no protesto; na *freeway*, no protesto, lado a lado, pressionando, e é um direito de todo cidadão fazer isso. Ninguém faz porque quer, faz porque é necessário. A casa é o nosso maior direito, é o nosso maior patrimônio, e a gente sabe das histórias aqui no Sarandi. Muitas pessoas construíram família, viram o filho

crescer, viram o neto crescer aqui, estudaram nas escolas daqui. Portanto, para onde forem, tem que ter escola, tem que ter creche, tem que ter transporte. Por isso, gente, a partir de hoje, eu não tenho dúvida, eu vou ouvir o secretário falar aqui e eu sei que não vai ter despejo. Eu confio que não vai ter despejo. A gente sabe que vai conseguir fazer essa negociação, com a força dos vereadores, das autoridades, mas fundamentalmente e principalmente com a força da comunidade do Sarandi, que resiste e resistirá a uma ordem de despejo até que tenha moradia digna para todos, não apenas para alguns. (Palmas.)

Para finalizar a minha fala – eu anotei um monte de coisa, mas eu acabei fazendo da minha forma aqui –, e ser mais objetivo também: prorrogar o prazo do despejo, desburocratizar o processo com a Caixa, e nós somos parceiros. Fizemos um apelo à Prefeitura para que a gente comece um diálogo do zero. Teve muitas denúncias aqui dos moradores, e eu sei que o papel da Prefeitura é evitar que esse conflito aconteça. O conflito agora não interessa a ninguém, o que interessa é a solução desse problema. Então, encaminho dessa forma, para passar para o secretário, de imediato, e peço para que todos vocês sigam unidos, sigam firmes, para que a gente consiga vencer mais esse desafio. Vencemos a enchente, estamos vivos aqui, agora a luta é pela moradia. Muito obrigado.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Pessoal, antes de passar a palavra para o secretário, porque tem muitas perguntas aqui, eu gostaria de colocar... Todos que estão aqui colocaram o pé na água, né? Os vereadores que estão aqui colocaram o pé na água? Vamos colocar o pé na água novamente para poder sair daqui. Eu, para encaminhamento, vereador, sugiro que tenha uma nova reunião, porque um dos atores principais que deveria estar aqui, inclusive, molhar o pé, é o governo federal, para dar as respostas para vocês. (Palmas.) Porque a Caixa é governo federal! Eu não estou aqui para falar de governo, ou falar de governo A ou de governo B, eu estou aqui para falar da realidade. Sobre o despejo, acredito que hoje vocês vão sair daqui com respostas, mas sobre a compra assistida, sobre a burocracia, cadê a resposta?

Cadê o representante? Por que ele não largou o carro, como nós fizemos, lá adiante, e veio aqui molhar os pezinhos para ouvir vocês e para tentar resolver? É muito fácil. Então, acredito que tem que ter uma nova reunião com essa comunidade, para poder trazer o governo federal e trabalhar sobre esses temas, sobre esses empecilhos, sobre essa burocracia que está dificultando a vida desses moradores. Esse é o meu encaminhamento. Quando estava só no “colo” da Prefeitura, chamamos o governo federal e botamos um frente a frente, secretário André. Porque um diz uma coisa, o outro diz outra, e eu acredito que esses dois atores têm que estar frente a frente para poder decidir a vida de vocês, porque a Prefeitura não decide sozinha, depende do governo federal, que é a questão da burocracia. Então eu sugiro, como encaminhamento, essa demanda, para que a gente tenha o mais rápido possível uma reunião separada com a comunidade para tratar desse tema com a Caixa Federal, com o governo federal, representante do governo federal. É isso que eu peço.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, vereador. De antemão, passo aqui para o secretário e diretor do DEMHAB, André Machado. Novamente, agradeço a presença aqui do secretário.

SR. ANDRÉ MACHADO: Gente, boa noite. Obrigado por estarem todos aqui. Pena que não tem mais gente, em razão da chuva que nós tivemos por aqui. Ver. Erick; Ver.^a Vera; Ver. Marcelo; Ver.^a Grazi; Marcelo, também representante da deputada Bruna; Faccin, meu colega da Prefeitura; Rafael; Elisângela, representando aqui os moradores da Aderbal. Vereador, eu vou precisar me estender um pouco e eu vou tentar ser o mais didático em tudo aquilo que a gente vai falar. Eu quero deixar claro que eu não estou nesta reunião para defender a Prefeitura de Porto Alegre. A Prefeitura de Porto Alegre é quem paga meu salário, fui nomeado pelo prefeito Sebastião Melo para cuidar da área de habitação em Porto Alegre, e exerço isso com muito empenho, e espero que com alguma qualidade. Eu não estou aqui, vereador, para criticar ou defender o governo federal, que fez, desde o início dessa enchente, uma mobilização muito

grande, que nunca houve em nenhum lugar na dimensão que nós temos, para poder criar instrumentos que garantisse a reposição da moradia. Todos nós estamos aqui, e eu acho que a gente tem uma noite de muita concordância, só que a espada que vem no meu pescoço de um lado, vem na de vocês pelo outro. Todos nós estamos aqui para garantir que todos vocês tenham uma moradia digna, que tenham uma transição tranquila das suas casas atuais para casas futuras, seja lá onde for e que seja a melhor possível, e que possa acolher a família de vocês. Vocês estão premidos pelo trauma, acho que foi o Maurício que falou ali sobre o despejo, de deixar as vidas marcadas de forma terrível. A vida de todo mundo aqui foi marcada de uma forma terrível em maio do ano passado, e nós não podemos permitir que esta cidade volte a alagar do jeito que alagou, e que, sobretudo, esta comunidade volte a sofrer do jeito que sofreu. Eu tenho certeza que não é só pela ação da Prefeitura, que nesse momento precisa trabalhar um grupo de famílias da Aderbal, que se perde o sono, se perde o sono porque a gente tem um trauma que foi construído ao longo do tempo e que envolve não uma gestão, várias gestões. Esses dias eu estava caminhando ali na Aderbal... Quero deixar bem claro que eu não apontei casa nenhuma na Aderbal que tenha que ser demolida. As casas que têm que sair da Aderbal foram apontadas pela necessidade da obra do DMAE, que não olhou quem morava dentro da casa, só disse: "Aqui, nós precisamos trabalhar". E eu estava ali conversando com o Catarino, e o Catarino me disse o seguinte: "André, minha casa vale mais, tal". E quando eu estava aqui, me disse ele, Ver. Marcelo: "Um dia o Collares chegou aqui na ponta da rua e me disse assim 'pode fazer a tua casa aí, Catarino, pode fazer.'" E eu tenho certeza que o Collares disse isso. E tenho certeza que as gestões do PT ajudaram ele a permanecer. Tenho a certeza que o Marchezan, o Fortunati, o Melo fizeram o mesmo. Porque todo mundo achava que estava seguro do lado de cá. A gente entendia que quem estava do lado de cá do dique, Ver. Erick, estava seguro, e nós descobrimos que não estava. Fomos descobrir 40 anos depois. O Faccin sabe mais do que eu, que o dique não foi construído na altura que deveria ter sido; quando? Nos anos 1960,1970? Final dos anos 1960. Ou seja, nós nos deparamos com uma

situação que nenhum de nós queria. Nós não queríamos estar aqui nesse momento falando sobre a necessidade de alguém deixar a sua casa. Quero destacar uma coisa, Ver.^a Vera, Ver.^a Grazi, que é bem importante. Nós temos duas situações bem distintas no Sarandi: uma que atinge 57 famílias da Aderbal, que vai do rompimento do dique até a Casa de Bombas 10. São essas que nós encaminhamos, em meados do mês de janeiro, através de um servidor do DEMHAB, uma comunicação. Não era nada mais do que isso, não era uma ordem de despejo, não era uma “faca no pescoço”, não era o aceite de nada. Era uma comunicação, dizendo que, em razão do que houve no dique, o DMAE precisava fazer obras para recompor o dique até aquele ponto e que nós precisávamos, para esta obra, que aquelas casas que foram, que receberam aquela comunicação, deixassem o local a partir do dia 28. E colocávamos ali os instrumentos – deixa eu concluir – que existem. Uma parte, uma política criada pelo governo federal, que é o Compra Assistida, que vocês conhecem e têm suas críticas, mas eu quero destacar que tem seus benefícios. Antes de vir para cá, eu estava na Caixa Econômica Federal, agência Independência, onde hoje foi assinado, nem sei dizer isso, o contrato de número 500 do Compra Assistida em Porto Alegre, ou seja, 500 famílias conseguiram se mobilizar, apesar das regras da Caixa; aliás, fazer um parêntese, as regras não são da Caixa. A Caixa cumpre regras de um programa do governo federal. E é por isso que a gente está discutindo, já discutimos numa reunião, o Dr. Rafael estava junto, o Maurício estava lá, representando a deputada Laura Sito, a Ver.^a Juliana e outras pessoas que estavam naquele dia conosco, mandamos ao governo federal um documento pedindo para simplificar as regras, que são a questão do habite-se – quem exige o habite-se não é a Prefeitura de Porto Alegre. No seu bônus-moradia, a Prefeitura de Porto Alegre não exige o habite-se, exige uma RT, um laudo de um engenheiro, dizendo que se pode morar naquela casa. E nós sugerimos que o governo federal faça o mesmo no documento que apresentamos. Nós sugerimos que se pudessem agrupar bônus para que casos de família, como a tua, Elisângela, se vocês desejassem seguir morando todas no mesmo terreno, se pudesse juntar o teu bônus, o bônus da tua irmã, o bônus

da tua mãe e vocês comprarem um único imóvel. Isso está em Brasília como pedido. E pedimos, Ver. Erick, depois da conversa que nós tivemos na última quinta-feira, quando o senhor me telefonou, numa reunião com o Secretário Nacional de Habitação, o Maurício estava junto, representando o gabinete da Ver.^a Juliana, onde nós pedimos que fosse flexibilizada, dentro de parâmetros, a questão da renda, porque no caso da Rua Aderbal, por exemplo, há algumas famílias que têm uma renda que está um pouco acima dos R\$ 4.700. E nós estamos dizendo que a gente gostaria, sim, de poder entregar esta casa, esse benefício para as pessoas. Nós tivemos uma resposta do secretário que vai nos dizer definitivamente se o governo aceita ou não. Acho que um bom encaminhamento que nós temos aqui, vereador, é, através da comissão, encaminhar, com a assinatura de todos os vereadores, representando a deputada que está aqui, pedido à comunidade, eu e o Dr. Rafael já assinamos nessa oportunidade, que essas mudanças sejam realizadas. Quero mais uma vez destacar, sim, nós não trabalhamos para retirar ninguém da sua casa. Não é esse o papel do Departamento Municipal de Habitação. Agora, no entanto, há uma obra de proteção à cidade, solicitada pelo DMAE, que nos encaminhou esta demanda, demarcou a região, e nós começamos a trabalhar com essas famílias. Não tinha um outro benefício que pudesse atender as famílias para uma questão transitória. Nós sabemos que há, pelo menos, um prazo de 90 dias dentro da Caixa para tocar esse processo e pode ser mais. Nós ofertamos para cá o Estadia Solidária, que muitos de vocês chamam de aluguel, mas é um outro programa, por quê? Porque vocês podem alugar ou não uma outra casa, vocês podem, no período, até conseguir a chave, que é o desejo, eu adoraria e desejo que a gente saísse todos com a chave na mão. Vocês podem ficar na casa de um parente, de um amigo ou alugar um imóvel, que a gente sabe que tem alguns entraves em razão da questão da caução. Nós temos, a imensa maioria dos moradores da Rua Aderbal, todos os moradores da Rua Aderbal, do trecho da 57, receberam, por parte da FASC, um aceite – várias famílias deram o aceite. Isso não significa que nós estamos botando vocês a correr de casa, significa que nós estamos ajudando vocês a compor algo para que se possa fazer uma

mudança que será necessária nesse momento. Eu quero dizer o seguinte: o que o governo federal pede dentro do compra assistida? Imóvel de até 200 mil, regularizado em cidade com isenção do ITBI. Porto Alegre é uma cidade com isenção do ITBI, assim como outros municípios, tem alguns que não são. No documento que nós encaminhamos para vocês, ao contrário dos demais do Estadia Solidária, nós estamos garantindo o pagamento desse benefício até a entrega da chave. O valor de mil reais é um valor que é composto hoje por R\$ 600,00, pagos pela Prefeitura e R\$ 400,00 pagos pelo governo do Estado. Por isso que alguns depósitos aparecem 600 e 400, que se o Estado atrasar, como atrasou uns dias atrás, vai aparecer 600 e depois aparecerão os outros 400. Nós estamos dizendo que nós vamos garantir, para estas 57 famílias, o pagamento até a chave. E é só para essas 57 famílias que o benefício está disponível nesse momento. Os demais que pegaram o benefício em outro instante, poderão fazer o uso dele se tiverem direito, se tiverem fora das suas casas, afetadas lá atrás. Hoje, nós temos no grupo da Rua Aderbal, 47 pessoas que estão na lista do Compra Assistida. Quantos efetivamente procuraram o imóvel e abriram o processo na Caixa? Isso é um exame de consciência de cada um. O processo não anda se não abrir. Então, precisa procurar um corretor, precisa escolher um imóvel ou escolher no *site* da caixa. Tem Correspondente CAIXA, vocês devem ter recebido isso no grupo, porque eu acho que o Edgar estava compartilhando no grupo. É um aqui na Sertório, tem um em Cachoeirinha e um outro no Passo da Areia, que são próximos e podem ajudar. Os casos unipessoais, que é uma coisa bem importante. Quem é que inventou essa história de unipessoal? No Brasil, aproximadamente, 17% das famílias são unipessoais, famílias de uma pessoa. Eu, André, moro sozinho, eu componho uma família unipessoal – 17% dos brasileiros são famílias unipessoais. No caso do Compra Assistida em Porto Alegre, esse número passou de 50% em muitas regiões. E o governo federal passou a desconfiar de fraudes no programa; aí, os nomes que haviam sido emitidos, como o teu havia sido encaminhado, Elisângela, anteriormente, eles voltam com inconsistência. Nós, da Prefeitura, em acordo com o governo federal, vamos garantir que essa família é unipessoal ou não e dizemos para Brasília, se

ela é unipessoal, como fizemos no teu caso, o teu encaminhamento, no dia 13.
No último dia...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Não, dia 13 ele foi para Brasília. No dia 13 ele foi para Brasília. Então, tu foi lá dia 12; dia 13 ele foi para Brasília e deve demorar em torno de duas semanas. O que eu quero te dizer, eu quero...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Então, eu quero dizer para ti e para ti, que me apresentaram uma denúncia, que eu preciso saber quem atendeu vocês. Esta não é a orientação. Sim, mas eu estou chocado com isso, é a primeira vez que eu sei, Elisângela, é a primeira vez. Você apresentou, e eu estou recebendo esta denúncia. Eu estou recebendo esta denúncia e vou levar adiante. Nós queremos facilitar, mas nós queremos facilitar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Porque eu só estou sabendo da tua denúncia agora, Elisângela. Eu só estou sabendo agora! Eu só estou sabendo agora! Eu estou sabendo agora, Elisângela. Elisângela, Elisângela, quem é unipessoal precisa passar pelo cadastro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: O processo, teu processo foi dia 13 para Brasília, e nós estamos aguardando o retorno de Brasília. Quero dizer, vereadores, a todos vocês e especialmente aos moradores, especialmente aos moradores: o DMAE tem um contrato para a realização desta obra. Já fez da 9 até a 10, está fazendo

lá na FIERGS, é isso? E precisa fazer aquele trecho. A data do dia 28 é um marco que é colocado para a necessidade dessa obra. Agora, eu quero garantir a cada um de vocês que ninguém vai acordar com uma máquina derrubando a sua casa, ninguém vai acordar com uma máquina derrubando a sua casa. Nós vamos conversar, família por família. Tem famílias que aceitaram o Estadia, tem famílias que já me disseram que querem sair, tem famílias que já saíram, e essas famílias vão nos dizer: “DEM HAB, pode encaminhar para o DMAE para fazer a demolição da nossa casa”. Agora, quero destacar a vocês, a obra é necessária. Por quê? Como choveu aqui agora, como choveu em maio do ano passado, ninguém sabia que ia chover em maio do ano passado o que choveu. Ninguém! A meteorologia não sabia, e a gente não sabe quando vai ocorrer de novo. Ninguém vai se responsabilizar por uma obra que não foi feita, porque, quando nós voltarmos aqui, se essa obra não for feita e tiver um novo alagamento, a gente sabe para quem vai ser apontada a culpa. Então, assim, a obra precisa ser feita, mas eu quero garantir a vocês, ninguém vai sair da sua casa no dia 28 de forma involuntária; se sair, vai sair voluntariamente. Quero dizer a vocês, vocês têm esquadrias nas casas de vocês, vocês têm janelas nas casas de vocês; móveis, obviamente, que sobraram da enchente ou que conseguiram comprar depois, com o Auxílio Reconstrução; têm telhado nas casas de vocês, vocês têm um prazo para fazer essa retirada, se assim a família entender, até o dia. Vamos deixar passar todo o carnaval, deixar passar a quarta-feira de cinzas e vamos trabalhar com a outra segunda-feira, dia 10 de março. No dia 10 de março, com as famílias que concordaram em sair, nós vamos começar a agir; as famílias que não concordaram em sair, nós vamos – espero que com a intermediação dos vereadores – conversar, família por família, para entender a questão de cada uma delas e o que as impede. E só sairá da casa quem acordou ou se, por acaso, em algum momento, diante do impasse, houver alguma questão judicial, porque vocês podem acionar a Prefeitura, e a Prefeitura, na necessidade de fazer a obra, também pode fazê-lo. Quero deixar claro que não é esse o interesse de ninguém, nós estamos abertos para conversar. Eu, amanhã, devo me reunir com aqueles que têm a renda superior, vereador, para

discutir esses casos e ver como é que nós vamos contornar, porque, por enquanto, eles estão fora da questão do governo federal.

Já passo, depois, para a senhora e para os demais que precisarem, quero só falar sobre as outras regiões do Sarandi um pouquinho, no meio dessa questão da Aderbal. Nós estamos trabalhando com essas 57; nós temos, hoje, aqui no Sarandi – só no Sarandi –, 1.697 cadastros enviados para Brasília. Nós temos aprovados, até o momento, 628; ou seja, a gente tem 1 mil cadastros que ou têm alguma inconsistência aqui no Sarandi ou que ainda não vieram de Brasília para cá. Só na Aderbal, contando a região que tem que sair e a outra região, toda a extensão da Aderbal, são 399 enviados e 135 elegíveis. O que eu quero dizer para quem mora nas outras regiões do Sarandi e que já está dentro do programa, já está no Compra Assistida? Faça uso do seu direito o mais rápido possível, não espere que a obra chegue na porta da sua casa para você fazer valer um direito que está lá garantido pelo governo federal. No momento que você está na lista, você tem – está aqui o defensor público – a garantia do seu direito do atendimento, e o governo deixou recursos separados para que isso seja feito. Então, não espere chegar. Quem precisa sair de casa no Sarandi? É, basicamente, todo o trecho da Aderbal junto ao Dique, do meio da Aderbal para o Dique; toda a região da Rua Francisco de Medeiros, até mais ou menos a Rua Rocco Aloise – quando você está lá embaixo, passa a ponte, lá embaixo, só sai o lado esquerdo, não sai o lado direito, mas a parte de cima sai toda –, e o pessoal da Asa Branca, que já tem os encaminhamentos sendo feitos neste momento, alguns por laudo. Há dois modelos de atendimento: por reassentamento, que é o caso da Aderbal, da Francisco de Medeiros; e por laudo, como é o caso de uma casa que tem na Aderbal, do outro lado da via, por exemplo – bem perto da tua casa, Cláudia –, que, quando veio a enxurrada, derrubou a casa, e aí é por laudo, ele já está inserido, encaminhado para o governo federal – quando é por laudo, demora um pouco mais.

Eu quero, enfim, essa é uma conversa muito ruim de a gente ter, não é a melhor conversa tu dizeres para as pessoas que elas têm que deixar para trás as suas casas, deixar para trás a sua história, mas eu quero que vocês saibam que nós

queremos fazer esse processo da forma mais transparente possível. Alguém falou sobre a questão da Caixa Federal, que vai e que não demora. Eu estava conversando por WhatsApp com o superintendente da Caixa, ele me disse que não demora 40 dias a primeira vistoria; se foi, ele está me pedindo que eu encaminhe o CPF. Agora, quando há uma segunda vistoria, essa, sim, costuma demorar. Então, assim, uma parte fundamental do processo – eu já vou encerrar, vereador – é o beneficiário. Se o beneficiário não for buscar o seu direito através da busca de imóvel, de um correspondente Caixa, seja lá como for, não vai conseguir chegar lá.

Por fim, nós estamos contratando, junto com o governo federal, empreendimentos habitacionais em Porto Alegre, também para atender as famílias, aquelas que não conseguirem o Compra Assistida. Já tem 523 casas, casas que foram contratadas, ficam na região da Lomba do Pinheiro; e nós estamos para contratar aqui, ali perto dos Maias, aqui são apartamentos, eu não lembro quais são os valores. Então, isso é coisa... O governo federal disponibilizou o programa, as empresas apresentaram projetos, eles foram aprovados; e, basicamente, todos os projetos de construção que têm são de apartamentos. Eu estou compartilhando com vocês a informação porque eu sei que o desejo da maioria é permanecer em casas, mas isso é o que nós temos por enquanto.

Eu estou à disposição, vereador, para mais algum esclarecimento que a comunidade entenda. Acho que aquela senhora estava querendo perguntar.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, secretário. Mas, secretário, só uma dúvida que eu fiquei: então, agora, sexta-feira, não tem despejo? Nessa sexta?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Vai ser prorrogado até o dia 10?

SR. ANDRÉ MACHADO: O vereador insiste – deixa eu só responder ao vereador aqui – na palavra despejo. Não existe despejo porque não existe ordem judicial; então, nós não temos uma ação de despejo marcada. Nós temos um pedido para as famílias deixarem as suas casas dia 28. E nós estamos aqui pedindo às famílias que se mobilizem para que, até o dia 10... Ou que nos procurem para conversar, porque os casos, às vezes, são individuais, ou que façam a desmobilização da sua casa, para que nós, do DEMHAB, depois, possamos passar para o DMAE para fazer os procedimentos.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Pessoal, vou abrir aqui para perguntas, então.

SR. DANIEL RODRIGUES DOS SANTOS: O restante das casas, até esse ponto que vocês vão tirar agora, o restante, vão continuar até quando o restante da obra?

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Então, o que a gente está atuando agora, nesse trecho do reforço, a parte da elevação do restante do Dique vai ser feita em obra do governo do Estado, com o recurso do fundo do governo federal. A parcela que o DMAE está fazendo é elaborar os projetos de engenharia desse alteamento do Dique, que ficam prontos em julho, depois do cronograma de obras que vai ter que ser construído com o governo do Estado. Então, o que a gente pode garantir: é certo que, até julho, não vai haver nenhuma obra naquele trecho, à exceção, como eu falei, só lá na ponte da Av. dos Gaúchos, mas que não envolve retirada de casas. Então, o que a gente pode garantir: é certo que, sem os projetos, não tem como fazer nem a contratação da obra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que é certo é ir até as 57 casas, o restante não tem prazo?

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Isso, exato. A gente não tem. Mas, como o secretário falou, aqueles que estão sendo já selecionados nos programas podem ir iniciando a sua movimentação para acelerar depois, lá na frente.

SR. ANDRÉ MACHADO: Deixa eu colocar uma coisa, gente.

(Manifestações na plateia.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Não, não, gente. O resto da obra vai ser realizado, o projeto está sendo feito pelo DMAE; vai ser contratado pelo governo do Estado e vai ser realizado na sequência. O que há agora é que tem uma empresa já mobilizada, já paga para fazer o trabalho que é pago pela Prefeitura, e é isso o que está ocorrendo neste instante. O que pode ocorrer a qualquer momento é: o DMAE vai lá com obras... Se nós não fizéssemos a retirada das casas, as casas correriam o risco de rachar. É importante entender isso. Não tem nenhum prazer nesse processo; ele é duro para todos vocês, muito mais do que para nós, mas também é para nós.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Pessoal, aproveitar já, antes de passar para ti, Mari, que és a próxima inscrita, quero passar aqui para a Ver.^a Vera Armando para se despedir, não é, Vera?

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Pessoal. Eu quero dizer que não tem como não sairmos daqui extremamente tocados pela história de cada um de vocês, tá? Então, assim, o meu total respeito e consideração à história do que vocês passaram e pela situação que vocês se encontram hoje. O secretário André Machado, assim como eu, é um jornalista, então ele tem uma visão muito ampla do que está ocorrendo aqui, e eu deposito no secretário total confiança no sentido de que, caso a caso, seja resolvido, tá?

Assim, a sugestão trazida aqui pelo Ver. Marcelo, eu penso ser muito importante, Presidente Erick, ampliar essa discussão chamando, sim, o governo federal,

porque muitas questões não podem ser resolvidas aqui, não depende do DEMHAB, não depende do DMAE, não depende da Defesa Civil, não depende de nenhum de nós, e muito menos dos senhores, é com o governo federal. Nós temos que chamar a Caixa para conversarmos num outro momento.

Muito obrigada, eu estou indo para uma outra agenda. Contem comigo com o meu respeito pela história de cada um das senhoras e dos senhores. Parabéns.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Ver.^a Vera Armando. Passo a palavra à Sra. Mariane.

SRA. MARIANE FRIEDRICH: Boa noite. Sou moradora da Rua Aderbal Rocha de Fraga há 18 anos, eu sofro de ansiedade e depressão, e eu tenho uma filha de nove anos, que teve uma crise de ansiedade e foi parar no Conceição na semana passada, porque ela não sabe onde ela vai morar no dia 28. E como eu faço para explicar isso para uma criança de nove anos, que está na escola, que ela vai perder todas as amigas, todo o lugar que ela nasceu, porque a gente não tem para onde ir com R\$ 1 mil. Eu fui contemplada, dentro do DEMHAB me foi dito que seria tudo muito fácil, mas não foi: eu entrei com toda a documentação com a corretora e eu estou aguardando há 40 dias uma resposta. A minha corretora disse que demora mais de 90 dias para a Caixa pegar uma documentação de quem é contemplado para fazer a primeira vistoria. Então, eu pergunto: onde eu vou ficar?

No dia 28 não vai ter despejo, porque ainda não tem uma ordem judicial. Ainda não tem. Mas no dia 10 de março vai ter uma ordem judicial, e para onde eu vou com a minha filha de nove anos, que estuda? Eu dependo do Bolsa Família. Para onde eu vou, vou ficar debaixo da ponte? Para onde eu vou levar os móveis que eu ganhei de doação, porque eu perdi tudo na enchente? E outra coisa, eu tenho uma sogra que tem 75 anos, que sofre de diabetes e problemas no coração, e ela não pode juntar a carta da compra assistida dela junto com a minha, porque quem medica ela sempre sou eu e meu marido. Mas assim, a gente consegue comprar perto uma da outra, mas quando a gente vai conseguir essa casa?

Eu tenho ciência de que a gente tem que sair de lá, ninguém está batendo o pé e dizendo que não vai sair. Só que ninguém tem como sair se não tem para onde ir.

Dia 10, então, a gente tem que tomar uma atitude, mas todo mundo sabe que para alugar qualquer casa demanda um tempo. E em 10, 15 dias não se consegue uma casa para alugar, mesmo aumentando o valor da estadia solidária. Então, a gente quer respostas. Está todo mundo nos escutando, mas a gente quer respostas, e até o dia 10 não vai adiantar, a gente vai continuar sem ter para onde ir, porque as casas que estão no Sarandi para alugar são mais de R\$ 1.500,00.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

É isso que eu tenho para dizer: eu não tenho para onde ir e tenho uma família com uma criança pequena, e eu não vou sair da minha casa enquanto eu não tiver a chave da minha casa própria ou então um papel assinado de que eu vou receber o aluguel até eu conseguir essa chave. E eu acho que assim todas as pessoas da Aderbal também não vão sair sem uma garantia, sem um contrato. Quem é que garante que a gente vai receber mais de um mês esse aluguel solidário, sendo que ele já foi atrasado no primeiro mês. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Mari, pelo teu registro. Por questão de ordem, nós temos duas perguntas, então vou pedir para que seja muito direta e objetiva para que todos os inscritos possam falar, e depois das perguntas eu passo para o secretário e passo depois para o Marcelo fazer a fala.

SR. LINDOMAR MILKE SOARES: Gente, eu acho que como todo mundo viu, quem tinha que responder as perguntas mesmo, não se faz presente hoje, que seria alguém responsável pela Caixa. Como falou o amigo aí, já vai fazer 60 dias que a minha sogra e a minha irmã receberam o nome na lista lá, eu fui atrás dos imóveis com o corretor, tudo certo, até agora ainda não aconteceu a vistoria pela

parte da Caixa. Então é como a moça agora acabou de dizer: todo mundo quer sair, todo mundo quer compartilhar, quer que a obra aconteça, mas a obra não vai acontecer enquanto não for feita a troca chave por chave, de acordo, como todo mundo quer que isso aconteça. Todo mundo quer a obra, mas também ninguém quer sair por aí e correr para debaixo da ponte, não.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Gente, encerrando as perguntas, porque tem mais inscritos. Três inscrições para a pergunta e depois, então, Marcela.

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: Boa noite. Sou moradora da Aderbal Rocha de Fraga, bem do ladinho da casa de bombas, é a terceira casa, as duas primeiras ali do lado da minha casa caíram, que foi a casa da minha filha. Ela está morando de aluguel desde maio, quando deu a enchente, teve que sair porque a casa dela foi toda para o chão; até hoje ela não recebeu ajuda nenhuma de aluguel, ela paga o aluguel dela lá sozinha. E outro, sim. Eu também não recebi o aluguel solidário que o meu neto pegou e deu “sim” por mim. Eu queria saber o que eu faço para conseguir.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: Eu não recebi o aluguel solidário até hoje. Eu sou a terceira casa da Casa de Bomba. Ordalina Silva de Moraes Moreira. Eu moro no nº 1.560.

SR. ANDRÉ MACHADO: A senhora não recebeu no último dia 19? Nenhum mês. Aqui eu tenho como se a senhora tivesse recebido no dia 19. Dá uma olhada na sua conta.

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: Não, senhor.

SR. ANDRÉ MACHADO: No Caixa Tem.

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: Eu não tenho Caixa Tem.

SR. ANDRÉ MACHADO: Deve estar no Caixa Tem, numa agência da Caixa.

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: Ah, então eu vou olhar se alguém fez, então, no meu nome.

SR. ANDRÉ MACHADO: O seu foi pago no último lote, dia 19.

SRA. ORDALINA SILVA DE MORAIS MOREIRA: É? É. Ah, obrigada, então. Eu vou olhar. Muito obrigada.

SRA. ELISANGELA DE OLIVEIRA SILVA: Eu tenho duas questões. O meu pai já foi contemplado; nós moramos numa casa de dois pisos, eu moro na parte de cima e meu pai na parte de baixo. Ele já foi contemplado, já está procurando casa, meu nome nem saiu. Daí ele disse que era para as pessoas ir já se organizando, quem tivesse sido contemplado. Meu pai foi contemplado. Meu pai foi contemplado. Nós moramos no mesmo pátio, eu na casa de cima e ele na de baixo. Ele foi contemplado, já procurou casa, está procurando; eu não fui contemplada. O meu nome é Elisângela de Oliveira Silva. Daí tu disse que quem fosse contemplado já era para ir procurando, não deixar a obra chegar em cima, não é? (Pausa.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Qual é o teu endereço, Elisângela?

SRA. ELISANGELA DE OLIVEIRA SILVA: Aderbal Rocha de Fraga, 806.

SR. ANDRÉ MACHADO: Ela está fora dessa área dos 57. Então o teu ainda deve estar sendo processada a questão do unipessoal. Posso ver?

SRA. ELISANGELA DE OLIVEIRA SILVA: E como é que o pai já saiu?

SR. ANDRÉ MACHADO: Porque o dele não veio com nenhuma inconsistência de Brasília. O que acontece é assim, quando tem vários moradores de um terreno, é o caso do Lindomar que estava falando aqui agora, tem três moradores, se encontra inconsistência em um, os outros dois eles nos mandam de volta e nos pedem para corrigir essa inconsistência desse um. Não é que ele não tenha sido enviado, possivelmente se eu for lá – é o teu cadastro que falta, não é? Se eu for olhar o teu cadastro, possivelmente...

SRA. ELISANGÊLA DE OLIVEIRA SILVA: O meu irmão também, que mora.

SR. ANDRÉ MACHADO: ...Possivelmente eles tenham sido todos encaminhados juntos e um foi aprovado já e os outros eles mandam para a correção – deve ser isso, tá, mas eu só vou saber olhando o caso direitinho.

SRA. TATIANA MIRANDA DOS SANTOS: Olha só, no meu caso, nós somos três moradores no mesmo pátio, saiu duas e eu não saía ainda, e eu sou das 57 casas. O meu nome é Tatiana Miranda dos Santos. O senhor deu prazo para nós sairmos dia 10, mas daí nós vamos ter dois dias, depois do carnaval, para resolver tudo isso daí? Depois do feriado.

SR. ANDRÉ MACHADO: Tu tens 12 dias, a partir de agora. O teu nome foi mandado para Brasília, dia 13, para a reinclusão na lista, ou seja, o problema que tinha foi sanado e foi encaminhado dia 13.

O que eu estou fazendo aqui gente, porque eu estou no celular e estou falando com vocês, eu não sou mal-educado, eu estou conversando com o secretário executivo do Ministério das Cidades, o Ailton, que esteve aqui conosco, e estou pedindo para ele para que todos os nomes que não estão na lista, ainda são poucos, e que têm direito de estar na lista – não é o caso daqueles que têm

renda maior, os que têm renda maior nós ainda vamos ter que resolver essa pendência –, mas para que eles possam rapidamente já entrar na próxima lista, é o pedido que nós estamos encaminhando para Brasília.

ORADORA NÃO IDENTIFICADO: Eu só quero que vocês saibam que nós, moradores ali da Rua Aderbal Rocha de Fraga, ninguém está se impedindo de sair, mas quem está dificultando, eu não sei se é a Caixa que está dificultando a nossa saída, porque se você estivesse pegado, se mobilizado em tirar e dar as casas para nós, nós já tínhamos saído há muito tempo de lá.

SR. MAURÍCIO LORENZATTO: Eu queria fazer duas perguntas, uma ao secretário André e outra ao diretor-presidente do DMAE, e uma sugestão de encaminhamento também. Bom, a primeira pergunta, secretário André, diz respeito à fala que o Claudir iniciou falando, que é sobre o caráter daquilo que a gente está vivendo, que é a necessidade de reassentamento de um grupo extensíssimo de pessoas para a realização de uma obra e sobre o direito dessas pessoas. Acho que é nítido, enfim, para todos que estão aqui que o que está se pedindo é aquilo que é um direito constitucional, que é um direito legal que é o direito à moradia e de se sair com a segurança desse direito à moradia, não com um programa transitório, não sem a segurança da chave pela chave.

A gente sabe que tem um fundo de R\$ 6.2 bilhões que foi depositado pelo governo federal para o governo estadual que é para garantir as obras que são necessárias para a proteção de Porto Alegre da região metropolitana. A minha pergunta é a seguinte: de que maneira esse fundo pode ser utilizado para agilizar o processo de garantia de acesso à moradia dessas pessoas? Porque o Programa Minha Casa Minha Vida Reconstrução, a concepção inicial dele era garantir a moradia para aqueles que perderam. A gente está usando esse programa – e que bom que ele existe –, para buscar garantir a moradia daqueles que vão ter que ser reassentados, que é uma situação um tanto quanto diferente e que exige um cronograma de obra. Bom, tem um fundo bilionário para agilizar essas obras, imagino que esse fundo não é só para alugar as escavadeiras,

argila, o material da obra, é para garantir que ela seja feita, seja, enfim, o processo indenizatório que for. Então, pergunto: a gente conversou sobre isso na reunião que tivemos com o secretário de habitação e ficou uma pendência de retorno sobre isso, se já houve esse retorno de qual é essa possibilidade, como a gente pode usar esse fundo para agilizar esse processo.

A segunda pergunta que eu tenho e aí também já vem uma sugestão de encaminhamento é a seguinte: até aqui os diálogos partiram muito de iniciativas dos moradores das lideranças com a Prefeitura com o governo federal, com a fala do nosso diretor aqui do DMAE, entra um segundo, um terceiro agente que é fundamental para gente entender, para as pessoas entenderem qual que é o cronograma que está colocado sobre as suas moradias, que é o governo do Estado. Primeiro, uma pergunta para o senhor, por que, quando a gente conversou antes dessa notícia, se tinha alguma ideia de quanto tempo demora o estudo, depois de contratado para ser feito, esse estudo ia ser feito lá em agosto, agora parece que vai ser feito em julho pelo governo do Estado. Quanto tempo demora um estudo para ser feito? Porque as pessoas precisam ter noção de qual que é o cronograma que está imputado sobre elas, porque é uma condição muito degradante a insegurança. A insegurança, às vezes, é pior do que a noção da tragédia, porque é a tragédia que está sempre presente, que está sempre na nossa mente, que está sempre sobre a gente. Então sobre isso e seria uma sugestão de encaminhamento, e que a gente busque, enfim, uma próxima reunião, sim, com a presença do governo federal, mas trazendo à mesa o governo estadual, porque a gente precisa ter noção dessas questões que estão sob responsabilidade deles.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Muito obrigado, Maurício. Vamos para a última pergunta.

SRA. MARIA APARECIDA CASTILHOS: Boa noite, meu nome é Maria Aparecida, eu sou da coordenação do MAB, eu gostaria de saber, eu estou vendo que o secretário está vendo a relação ali. Então eu queria saber se até o

dia 10 todas as pessoas que não estão na lista da Caixa, vão estar na lista da Caixa, ou sendo encaminhados para que elas entrem na Caixa. Pelo que eu vi também as pessoas têm uma certa dificuldade de acessar, como a dona Ordalina, ali, ela nem sabe que tem o Caixa Tem, ela nem sabia que o dinheiro estava lá. Falta orientação, um apoio para ela. Então teria que ter esse apoio para as pessoas para elas poderem encaminhar isso aí direitinho.

Assim, não tem ação de despejo, mas do dia 28 foi por dia 10, então dia 10 tem que estar tudo pronto. E os encaminhamentos que vão ser feitos aqui também já vão ter resposta no dia 10? Essas são as minhas perguntas. E sobre os salários aqueles que estão acima, porque se já vai ter também todas essas respostas, é preciso ter as respostas no dia 10.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: É só sobre os questionamentos ali do Maurício, então o que foi feito. Como é que se chegou nesses R\$ 6,5 bilhões desse fundo. Então, pegaram, porque o governo do Estado, através da Metroplan tinha feito os anteprojetos da ampliação dos sistemas da região metropolitana. Eldorado do Sul que não tem sistema de proteção, ampliação lá do rio dos Sinos, ampliação do Gravataí e implantação do Feijó. Além disso, o DMAE havia cadastrado no PAC a ampliação das casas de bombas 4, 5 e 10, e outras prefeituras também tinham cadastrado no PAC outras intervenções. Daí o governo federal compilou tudo isso, atualizou esses valores, na verdade o Estado tinha atualizado os valores da região metropolitana e se chegou nesses R\$ 6,5 bilhões. O regime, então eles optaram por criar um fundo porque aí ele não é contingenciado, orçamentariamente é um valor que está garantido para esse objeto. A eventual mudança, utilizar parte desse valor, provavelmente envolve governo federal e o Congresso, porque o fundo foi criado através de uma medida provisória que depois virou lei.

Isso, a gente acompanha à distância, mas vê que tudo que envolve o Congresso é sempre muito complexo o processo. Mas claro, eu acho que é um questionamento a ser feito ao governo federal e ao governo do Estado, do que foi criado então. Criou-se o fundo e se criou uma governança, tem um comitê

gestor, que é, acho que o ministro da fazenda, são três pessoas do governo federal e três do Estado, me parece, até a gente pode passar para a Câmara de Vereadores certinho essa lei que criou essa estruturação para se tentar questionar. Mas eu acho difícil porque são obras de grande vulto, toda essa parte de sistema de proteção, por exemplo, o Gravataí envolve toda uma parte de criar barramentos ao longo do banhado grande, porque o Gravataí tem problema de inundação e tem problema de seca. Então essa obra também atua nessa parte de barramentos para garantir que o Gravataí, no verão, consiga abastecer as áreas. Então são obras bem complexas, por isso o vulto é tão grande. E, mesmo dentro de Porto Alegre, no Feijó, envolve o Santo Agostinho, envolve a implantação de reservatórios de amortecimento, envolve a implantação de casas de bomba. Então eu acho, talvez, difícil de utilizar também para a habitação. Seria uma vantagem ter já esse dinheiro disponível lá, mas eu acho difícil de ser viável essa alteração do escopo.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): O próximo inscrito, o Rafael Magagnin, do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia, representando agora a Defensoria Pública.

SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN: Boa noite, pessoal. Boa noite a todos. Saudação aqui a todos que estão na Mesa, vereadores, o Marcelo, o presidente da comissão, o secretário André Machado, representantes do DMAE, do DEMHAB também, a todos os moradores, todas as moradoras aqui do Sarandi. Eu vou ser muito breve, porque eu entendo que vocês têm mais dúvidas, mais questões para esclarecer com a Prefeitura do que com a Defensoria Pública. Com a Defensoria Pública, o que eu quero dizer? Ela é parceira de vocês. Nós já estivemos aqui na semana passada no Sarandi, atendemos já dezenas de moradores; moradoras, eu vou dizer, porque foram moradoras que compareceram no nosso atendimento, que estiveram lá, que fizeram frente. E o que nós estamos fazendo? Todo esse meio de campo que estiver ao nosso alcance, nós estamos fazendo. Buscamos informações, tem pessoas que o

nome não estava na lista, encaminhamos para o DMAE, para o DEMHAB, tem pessoas que já foram encaminhadas, já estão com o nome lá no governo federal, já estão com a casa também escolhida, encaminhada para a Caixa Federal e que tem alguma questão que acabou trancando. Embora não seja, especificamente, até uma atuação da Defensoria do Estado, porque envolve a Caixa Federal, nós estamos fazendo todo esse meio de campo e encaminhando para a Defensoria Pública da União, encaminhando para a Secretaria de Reconstrução, para o Ministério das Cidades, tudo que está ao nosso alcance. Então, eu queria dizer para vocês que a Defensoria está aqui ao lado de vocês, é parceira. Nós voltaremos aqui para o Sarandi fazendo uma série de atuações coletivas. Como fazer? O Instituto Aldeias Infantis está aqui e eles têm as informações das próximas datas que nós voltaremos. Também nas redes sociais da Defensoria Pública, no Instagram, procurem a gente lá, a gente sempre anuncia com antecedência quando nós estaremos. E é importante que vocês façam esse contato, porque muitas vezes fica dependendo de um, fica dependendo de outro, o tempo de vocês é corrido, vocês não conseguem ir até o Centro. Nós sabemos que a Prefeitura também vem, mas nós estamos aqui, estamos dispostos a fazer os atendimentos.

Assinamos o documento pedindo uma certa flexibilização já nas regras do Compra Assistida e até, quem sabe, secretário André, uma proposta, que é algo que a gente possa, quem sabe, conversar, é também fazer um documento assegurando aos moradores, esses 57, que vão garantir o recebimento do Aluguel Social, esse que vocês chamam de Aluguel Social, que é o Estadia Solidária, até o dia que vocês conseguirem finalizar o processo de compra. Quem sabe é uma alternativa para deixar vocês mais tranquilos, embora isso já tenha sido dito em várias reuniões que eu participei, o secretário André sempre menciona isso, falou isso aqui também, todo mundo ouviu, mas quem sabe a gente pode avançar, buscar alternativas para vocês ficarem mais confortáveis, mais tranquilos, de que vai ser assegurado o direito de vocês de ter uma casa. Mas a gente sabe que o programa que foi criado é um programa novo, é um programa que todo mundo aprendeu a fazer ele avançar, que foi se adaptando

com o tempo e que isso leva um certo tempo para acontecer também. Não estou defendendo o governo A ou B, obviamente que não, mas como eu estou acompanhando isso tudo desde dezembro, nas questões aqui do Sarandi, desde o dia 26 de dezembro, primeiro dia que eu fui acionado, dia 26 de dezembro, quando começou a vir já essa conversa. A gente percebe que o programa vai se adaptando, tem questões que vão se relativizando, tem questões que são mais duras, que a gente precisa conversar melhor, mas que é um programa que está começando a andar agora.

Então, assim, a gente quer se colocar à disposição mais uma vez para auxiliar em tudo que estiver ao alcance da Defensoria Pública para acelerar todo esse processo. Inclusive, orientando, como a gente sempre faz nos mutirões e nos atendimentos. Procurem já os correspondentes imobiliários, já tentem avançar na escolha de algum imóvel, porque isso é muito importante. Depois, se trancar lá na frente, procura a Defensoria, a gente auxilia em tudo que estiver ao alcance para destravar. Está bem? A minha fala é bem breve, eu sei que o interesse de vocês é além disso. O senhor queria perguntar uma coisa, era para mim?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN: Sim. O registro unificado, o senhor preencheu lá todo direitinho o cadastro? Pode ser por renda, claro. Aí teria que ver o seu CPF para entender o que houve. Mas aí é uma pergunta mais...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN: Sim. Perfeito, perfeito. Sim, é uma alternativa, sim, claro. Eu posso pegar os seus dados aqui depois e amanhã preparar um ofício para o DEMHAB para que venha uma resposta oficial a seu respeito; à FASC também.

SR. ANDRÉ MACHADO: Ele vai mandar o ofício ao DEMHAB e eu vou mandar para a FASC, porque é a FASC que paga o Estadia. O que pode ocorrer no Estadia – já passo para a senhora aí –, o que pode ocorrer no Estadia, o Estadia que foi aprovado, viu, Sr. Cláudio, não é? É Cláudio? Eu sempre me esqueço, eu esqueci seu nome.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Carlos, Sr. Carlos. O Estadia, quando foi aprovado pelos vereadores no ano passado, ele tem uma limitação de renda que é 700 e quanto, Luiz Antônio?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MACHADO: Por pessoa, não é? Na renda familiar, de meio salário mínimo por pessoa. Pode ser que esteja nessa faixa, tá, Sr. Cláudio, mas para isso, olhando seu CPF, a gente encaminha para a FASC para lhe dar uma resposta, até para que o senhor não fique na expectativa de receber um benefício ao qual não tem direito.

Eu vou, vou só, Dr. Rafael, presidente Erick, a senhora... tá, deixa eu só responder ao Dr. Rafael, quero fazer uma proposta também aqui, presidente, vereadores, que é o seguinte, o Dr. Rafael falou sobre a necessidade de as famílias terem uma garantia sobre a questão do pagamento do Estadia Solidária. No documento que foi entregue a cada uma das famílias, em meados de janeiro, o penúltimo parágrafo dizia o seguinte: ciente dos trâmites burocráticos para a concretização de um imóvel legalizado, a Prefeitura de Porto Alegre disponibiliza o benefício Estadia Solidária que consiste no pagamento de 12 parcelas de R\$ 1 mil para que auxilie os beneficiários com o custo da moradia no período da transição. Cabe ressaltar que, uma vez na lista do governo federal, o beneficiário terá 60 dias para a escolha do imóvel, não é para fechar, é para a escolha do imóvel. Caso não seja concluído no prazo de 12 meses das parcelas do Estadia

Solidária, este será renovado até a entrega do imóvel escolhido. Ou seja, neste documento, nós estamos nos comprometendo com isso. Se entender a Defensoria e os moradores que este documento é frágil, nós podemos assinar um outro tipo de documento. Eu sei que o Ministério Público faz termos de ajustamento, acho que não é o caso da Defensoria, mas que nós firmássemos um documento onde nós, como Município, nos comprometêssemos.

Eu quero pedir desculpas a quem recebeu o Estadia no último dia 19. Ele era para ter sido pago dia 17. Só que ocorreu uma coisa que nenhum de vocês tem culpa e que eu detesto explicar, porque parece desculpa. A Prefeitura tem um sistema chamado SIGEF e houve a extinção da FASC, vocês sabem, alguns vereadores votaram a favor, outros contra, e a transformação da FASC em secretaria, e mudou o CNPJ da FASC para a secretaria no SIGEF, e isso atrasou o pagamento do benefício em dois dias, a gente ficou brigando muito. O benefício não tem atrasado, não costuma atrasar. Tem essa divisão, às vezes, de pagamento de R\$ 600 e R\$ 400, porque o Estado pode atrasar alguma coisa na sua parcela, mas não costuma atrasar. Então, peço aí, obviamente, cada um de vocês tem a experiência, um voto de confiança.

Quero só responder à Cida, numa questão que a Cida colocou. Cadê a Cida? Está ali atrás. Cida, assim, nós não temos controle da velocidade em que os nomes aparecem na lista. Nós já encaminhamos para Brasília 5.281 famílias de Porto Alegre. Já estão aprovados na lista da Caixa, ou seja, podem procurar imóveis 2.752 famílias. E 1.375 retornaram com inconsistência, ou seja, tem que arrumar o unipessoal, tem que arrumar algumas vezes questão de endereço, porque tem um... Nós estamos falando de comunidade, então, às vezes, é acesso tal, beco tal, casa não sei o quê, um, dois, três, então precisa arrumar. Só que, se eu somar 1.375 com 2.752, não chega nas 5.821. Tem neste momento, em Brasília, 1.694 famílias em análise e tem entrado por semana, Ver.^a Grazi, Marcelo, me ajude lá com a deputada Bruna, em torno de 20 a 300 famílias por semana entram de Porto Alegre. Na última semana, entrou zero, mas já houve semana em que entraram 300. Então, assim, a gente depende do volume que vem. Tem melhorado muito por causa dessa solução para o

unipessoal que foi dada, então nós temos tirado algumas inconsistências, mas elas ainda existem, e eu creio que, dessas 1.694 que estão lá, algumas voltarão com inconsistência, e nós ainda temos família para mandar, conforme os laudos são realizados caso a caso.

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Gente, eu vou pedir o seguinte: tem bastantes perguntas, dúvidas também. Nós tínhamos um teto da reunião da CEDECONDH até as 21h30min, vocês percebem que esvaziou bastante o ambiente, mas é importante que façam, de imediato, essa pergunta, e a gente já passa para o Marcelo que está para falar em algum momento. Pode ser?

SRA. ÂNGELA SANTOS: Boa noite. O meu nome é Ângela, sou moradora da Av. Dique, que era, foi atingida a minha casa ali, das primeiras casas que a Prefeitura de Porto Alegre ia passar por cima. A minha casa ficou habitável, estava pronta para limpar e morar, mas a gente foi, a Eli está assumindo agora, a gente foi com a Simone, sou do tempo da Simone ali. E a minha pergunta é para o defensor público. Eu precisei pegar um advogado na Defensoria Pública, porque eu estou com um problema familiar. Eu ganhei a casa já do DEMHAB, a chave está aqui no meu bolso, eu tenho traslado da minha mãe, sou eu que tomo conta da minha mãe, mas a gente tinha terrenos divididos. E, como todos me conhecem, já eram várias famílias no mesmo pátio. Então, a dificuldade que eu estou hoje... Eu estou me antecipando hoje, porque eu vou ter uma orientação pelo advogado dia 12 de março na Defensoria Pública. Eu e a minha mãe unificamos o voucher, o bônus, a venda assistida, mas alguns... Eu tenho irmãos, todos eles têm casa própria e tudo mais. Alguns que estavam ali, que são os mais pobres, que somos nós, moravam tudo junto praticamente, e, enfim, um desses meus familiares, ele quer partilha de bem. Daí eu falei para ele que eu não entendo como que funciona, falei para ele assim: "Puxa, além de eu perder a minha casa em cima do dique; não perdi pela enchente, mas a gente teve que

autorizar a máquina a passar por cima, enfim.” Então eu gostaria de te perguntar como que eu devo fazer. A minha mãe falou para ele assim: “O dia que eu morrer, a minha parte pode ficar tudo para ti, mas tu não pensas na tua irmã?” Então, eu não sei como que eu vou até me direcionar. Eu paguei um advogado particular R\$ 200, ele me deu uma orientação lá na Praia de Belas, falou para mim se eu quisesse dar início naquele dia, um ponto de partida, em 30 dias, eu desabitava o imóvel e veio me orientar. Mas como eu ligo, ligo, ligo para o DEMHAB, não consigo uma orientação, sabe? Expliquei para essa pessoa da minha família, estava todo mundo desesperado, tanto da parte do DEMHAB, tanto da parte nossa, apavorado, sem ter onde morar. Eu não recebi esse negócio de aluguel social, porque a renda *per capita* era R\$ 700 por família. Também entendo o ITBI, que a gente não é dono do imóvel, também entendo a parte do Habite-se, que depois tudo a gente tem que regularizar isso por fora. Concordei com tudo isso, mas a parte que eu não pensei jamais, naquele momento da desgraça, era que eu depois ia passar por partilhas de bem com o familiar, com o parente, a respeito da parte da minha mãe. Então, eu não sei se tu poderias me orientar nesse sentido, porque a maioria do pessoal, algumas pessoas vão na minha casa, nessa nova casa e me perguntam como que eu fiz para unificar. Na verdade, eu disse para eles, eu não entendo nada disso que está acontecendo de lei, mas é uma casa, para quem está no olho da rua, debaixo da ponte, o que veio, veio bem, né? E vida que segue.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ÂNGELA SANTOS: Minha mãe está viva, só que a minha mãe, ela tem 70 anos e ela é assistida pelo Hospital Conceição em casa, porque ela tem uma qualidade de vida bem pouquinho, ela foi desenganada, sabe assim, mas eu creio, pela fé, que é Deus mantendo, né? Mas é uma coisa que eu tenho que saber para o futuro, eu não posso esperar ela morrer para resolver, porque eu corro o risco de lá eu ter perdido meus R\$ 127 mil, que eu sou pela... Eles falando também que eu passei a perna na minha mãe. Gente, eu entendo de programa

social, algumas coisas eu não vou abrir aqui, porque também está bem explícito lá na Prefeitura de Porto Alegre, no site, né? Então a gente tem que se informar do que a gente está ganhando, o que a gente não está ganhando.

(Manifestação sem uso de microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Perfeito! Eu sugiro que a gente passe para o Marcelo de imediato, e depois eu faço o encerramento, para ler os encaminhamentos da reunião, e aí o defensor Rafael vai te dar atenção para que possa tirar suas dúvidas. Então Marcelo, contigo. Marcelo Dias, representando o mandato popular da deputada estadual Bruna Rodrigues.

SR. MARCELO DIAS: Boa noite a todos, todas. Quero ser bem breve, cumprimentar aqui o Ver. Erick por este momento aqui com as famílias, o anseio que se tem aqui, principalmente a gente está falando de direitos e garantias. Nós, do mandato da deputada Bruna Rodrigues, temos essa pauta da moradia como uma das pautas mais importantes do nosso mandato.

Quero aqui saudar o nosso secretário de habitação, André Machado, que de todas... Eu já fui atingido por despejo, por tentativa de despejo, me solidarizo com vocês neste momento. Mas eu creio que o André Machado, ele é uma das pessoas que mais abre o diálogo e isso para mim já é uma coisa que eu tenho muita admiração por ele, por esse diálogo que ele tem com a gente. Às vezes a gente entra em zonas diferentes, mas sempre tivemos esse diálogo.

Eu quero aqui, André, dar uma esticada, uma tentativa de esticada, porque a vida real é o hoje, é amanhã quando vocês acordarem. E assim, André, por mais que a gente tenha para o dia 10, a gente tem cinco dias de carnaval, onde nada acontece. Eu digo uma questão de organização e a minha ideia é, se possível, poder esticar um prazo maior, porque são cinco dias que ninguém vai poder procurar Caixa, ninguém vai poder fazer nada. Vão ter que esperar a quarta-feira de cinzas para começar a vida real. Ninguém aqui está preocupado, garanto, de pular carnaval, todo mundo está preocupado onde vai dormir.

Então um dos meus encaminhamentos e preocupações, André, Erick, é que esse prazo, se possível, possa ser um pouco maior para as famílias se organizarem. Também eu acho, Erick, que está faltando aqui um pouco mais de afeto com essas famílias na questão de entender um por um. Eu acho que a Defensoria faz esse papel muito bem, que a gente deve, sim, procurar quem está com problema. E a minha pergunta, se for o dia 10, no dia 10, como vai ser? Tem que ficar muito claro para vocês, ou a partir do dia 10. Eu acho que teria que ter um protocolo ou como seria o período que isso ia acontecer, que horário, como é que seria, quem vai dar o suporte. Vocês têm ideia disso ou não? Então tem que ter isso, eu acho que é importante. Como foi dito aqui, ninguém está dizendo que não vai sair, todo mundo entende a importância da obra, mas a gente tem que sair com garantias e direitos.

Então, era isso que eu queria colocar, fico agradecido pelo convite, Erick, muito obrigado. Boa noite a todos, estamos juntos. (Palmas.)

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Marcelo. Eu acho que eu passo para o secretário responder e já finalizamos, então, a reunião.

SR. ANDRÉ MACHADO: Gente, assim, se alguém quiser sair amanhã e quiser assinar um documento, e vai ter um documento, obviamente, assinado para que a gente possa entrar na casa das pessoas, pode sair. Nós temos um prazo que nós conquistamos, Ver. Marcelo, que nós conquistamos, que nos leva até o dia 10 de março. Eu peço desculpa que eu já estou cansado também pela hora, como todos vocês estão, a gente também está. O calor do dia foi implacável com todos nós. O que eu peço para vocês? Que vocês trabalhem com a data do dia 10 de março para a decisão que vocês tiverem que tomar. Se vocês forem sair, e eu, particularmente, espero que possam sair para que o DMAE faça a sua obra e dê mais segurança para, inclusive, esse lugar aqui onde nós estamos, porque tem uma finalidade, entendeu? Não é vou tirar por tirar pessoas. Se vocês decidirem sair, nos procurem. A gente está aberto para conversar. Se precisar vir aqui em mais um momento, até a data fatal, a gente virá. Acho que tem que

ser tudo muito conversado. Que vocês saiam, que vocês tirem as coisas que precisam de casa. O DMAE não vai chegar com uma retroescavadeira e derrubar 57 casas ao mesmo tempo. Isso tudo pode ser negociado. Nós podemos começar com as primeiras três, quatro, obviamente, por regiões, para não afetar as outras, e ir avançando com o tempo para aqueles que têm mais necessidade, por exemplo, de um pouco mais de tempo. Então, assim, trabalhem com a data do dia 10. E qualquer outra coisa, a gente discute no caminho. A Defensoria Pública está aqui, na figura do Dr. Rafael, e, entre outras coisas, a atribuição da Defensoria é defender os mais pobres diante da força do Estado, aqui representado pela Prefeitura, mas também representado pelo governo federal. Então, valham-se da Defensoria para que a gente possa avançar numa construção que seja boa para todas as partes. Eu reforço o vereador. Eu briguei com o Ver. Erick ontem, porque ele pegou e colocou lá despejo e tal. Eu tenho pavor da palavra despejo. Nós fizemos uma construção lá na Lomba do Sabão onde não houve despejo, houve construção com as pessoas. Algumas, inclusive, tombaram no meio do caminho sem receber seu benefício, com muita dor para todos nós, e nós não esquecemos disso até hoje. Então, assim, nós vamos trabalhar... É uma remoção, é uma saída, é um reassentamento, mas não é um despejo. Vai virar um despejo se alguém disser, não saio de jeito nenhum, a obra precisa ser feita, e aí entra a questão judicial que tu me perguntavas sobre a fala do prefeito. Isso se dá no momento em que nós esgotamos todos os caminhos de diálogo, mas a gente ainda está conversando, e me permita dizer a vocês, vocês já tiveram uma primeira vitória, e tomara, vereador, que a gente consiga, junto aos pleitos que estamos fazendo ao governo federal, outras vitórias para melhorar o acesso de vocês ao benefício do Compra Assistida. O Estadia Solidária é uma lei na Câmara. Se a gente quiser mudar, tem que mudar a lei, e ela não vai afetar só vocês, vai afetar toda a cidade. Aí tu precisas de um outro problema que a gente enfrenta, que é o orçamento. Porque o Ver. Marcelo sabe que lá no Humaitá todo mundo também vai querer mais, né, vereador? E por aí vai. Quero só reforçar, agradecer o convite. O DEMHAB está à disposição. Eu peço, como diretor-geral do DEMHAB, desculpas à Elisângela e à outra menina

que fez a referência aqui sobre um mal atendimento ou uma má informação prestada no departamento. Eu estou já tentando averiguar quem foi o responsável por essa informação. Não é esta orientação que nós damos. A gente quer fazer tudo certo para garantir o direito às pessoas. Se há uma fraude, em algum lugar no meio do caminho, pode saber que está tirando o direito de quem precisa ou de dinheiro que o governo podia investir efetivamente para atender a moradia de quem precisa. Então, vereador, muito obrigado. Aquela moça lá está pedindo a palavra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Boa noite. Eu vou falar o que todo mundo já falou, mas eu preciso falar porque a gente está no inferno desde agosto que começou essa função do DEMHAB ir quinhentas vezes lá embaixo fazer cadastro, refaz cadastro, não faz cadastro, e dá tudo errado. A minha pergunta é: por que os cadastros voltaram? O DEMHAB não nos avisou, nós fomos atrás e agora exigem mil coisas. As nossas casas estão lá, a gente mora lá. O DEMHAB foi lá várias vezes, viu o morador lá na sua casa. Por que a gente tem que ir no DEMHAB para arrumar cadastro com comprovante de residência, com comprovante de renda e um monte de coisa? E outra pergunta, todos os cadastros de pessoas que moram sozinhas já voltaram para o governo federal ou só das 57 pessoas? O da minha mãe voltou. Eu fui no DEMHAB e falaram para mim, lá dentro, que ela vai ser uma das últimas a ser contemplada porque ela mora sozinha. Ela tem 70 anos. Mas me falaram lá dentro do DEMHAB isso. (Manifestações fora do microfone.) Eu já fui contemplada, aí eu vou escolher uma casa num lugar, a minha mãe vai ser daqui um ano contemplada para outro lugar bem longe de mim. Qual é a lógica disso? Então você está me dizendo que não vão ser as últimas? Você está me dizendo que o Unipessoal não vão ser as últimas a ser contempladas?

SR. ANDRÉ MACHADO: Gente, assim, questão do Unipessoal, quando ele vem para nós, nós fazemos análise de um por um e devolvemos para Brasília. Talvez quando alguém quer dizer que é o último, não é que ele vá para o fim da fila, ele

entra junto com os outros lá que estão em Brasília, compreende? Mas não é porque é o Unipessoal QUE vai ser o último a receber. Uma vez resolvida a inconsistência, vai para lá. Tua mãe, se já foi arrumado o dela... Tu já foste no DEMHAB? Então já foi arrumado. Tu já levaste os documentos? Então eu vou pegar teu contato e vou resolver teu problema lá.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Gente, por uma questão de ordem mesmo, primeiro, fortalecer aqui o agradecimento à comunidade, secretário André Machado, nosso Marco Faccin, do DMAE, Elisângela, Ver. Marcelo Bernardi, Marcelo Dias, toda a assessoria, a TVCâmara e a comunidade do Sarandi. Por uma questão protocolar também, a gente vai ler alguns encaminhamentos da reunião para que vocês tenham conhecimento e depois a gente vai, inclusive, passar para o grupo lá dos moradores do Sarandi e os contatos para tirar as dúvidas. Então ficou aqui comprometido que nenhuma remoção terá até o dia 28 de fevereiro, o prazo estendido é até o dia 10 de março. Importante registrar que até então não tem nenhuma ordem judicial. Então, portanto, no dia 10 nós entendemos que não haverá nenhum tipo de problema de despejo, com patrula passando em cima das casas. Também fizemos um pedido à Caixa, junto ao governo federal, para que tenha uma flexibilidade no regramento do Compra Assistida. Muitas reclamações sobre a burocracia da Caixa. E, de fato, existe muita burocracia. Um documento que garanta a Estadia Solidária até o recebimento da casa, por definitivo. Um novo documento, secretário, ou um documento melhorado que, de fato, deixe claro que terá Estadia Solidária até o recebimento da chave de forma permanente, a segurança de ter a casa. A solicitação da reunião com a Superintendência da Caixa e com os moradores da rua Aderbal, porque é um assunto específico e imediato, que se trata de quem mora na rua Aderbal. E, por último, a transparência no cronograma das obras. Não só tratando da Aderbal, mas do restante da Aderbal, a continuação e das outras ruas, ter um pedido de informação com o cronograma das obras, um pedido ao DMAE para que os moradores não sejam pegos de surpresa, para que tenham uma organização, possam se adiantar e garantir o

acesso à compra assistida. E, por uma questão protocolar, agradeço a todos vocês e registro aqui, no dia 25 de fevereiro, às 21h48min, encerramos a 004ª reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, CEDECONDH, e que a gente possa fazer esses encaminhamentos, agradecendo as autoridades presentes e a comunidade. Muito obrigado a todos e todas.

(Encerra-se a reunião às 21h48min.)

TEXTO SEM REVISÃO